



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - BNDES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2559/15	DATA: 26/11/2015	
LOCAL: Plenário 7 das Comissões	INÍCIO: 09h49min	TÉRMINO: 12h54min	PÁGINAS: 71

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Diretor-Presidente da USIMINAS — Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.
MARCELO GASPARINO DA SILVA - Presidente do Conselho de Administração da USIMINAS — Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

SUMÁRIO

Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há palavras ou expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Invocando a proteção divina, em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 26ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada no dia 24 de novembro. Indago ao Plenário se há necessidade de leitura da ata.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Peço dispensa da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Peço dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Solicitada dispensa da leitura da ata pelos Deputados Paulo Magalhães e Miguel Haddad.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Dou como lido o expediente, tendo em vista a distribuição do resumo das correspondências recebidas na última semana e a publicação desse extrato na página da Comissão. Cópias dessas matérias poderão ser solicitadas à Secretaria da Comissão.

Há sobre a Mesa despacho do Exmo. Sr. Sérgio Fernando Moro, Juiz Federal, ratificando o compromisso já firmado no início desta semana de autorização para oitiva do Sr. José Carlos Bumlai, no próximo dia 1º de dezembro, a partir das 14h30min.

É um requerimento que está deferido pelo Juiz Sérgio Moro.

Com a palavra o Relator, o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, não seria melhor que essa oitiva fosse pela manhã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós já fizemos esta solicitação. Já está oficializada, Deputado José Rocha. Já há um despacho do Juiz Sérgio Moro deferindo para as 14h30min, exatamente por conta também da logística da locomoção. Então, já está ratificado aqui, através da decisão, o despacho de S.Exa., o Juiz Sérgio Moro.



Iniciaremos agora audiência pública para tomada de depoimento dos Srs. Rômel Erwin de Souza, Diretor Presidente da empresa USIMINAS, e Marcelo Gasparino da Silva, Presidente do Conselho de Administração da empresa USIMINAS, em atendimento ao Requerimento nº 390, de 2015, do Deputado Marcelo Squassoni.

Informo que os depoentes falarão na qualidade de testemunhas.

Convido para comporem a Mesa os Srs. Rômel Erwin de Souza e Marcelo Gasparino da Silva. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, eu teria uma reclamação a fazer e peço um pouco de paciência aos colegas, porque preciso, evidentemente, ler algumas informações:

“Nos últimos dias de outubro passado e na primeira semana do corrente mês de novembro, o Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 105/2001 e nos estritos termos dos Requerimentos nºs 151, 265 e 329, aprovados pelo Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito, na data de 8 de outubro passado, encaminhou os Ofícios nºs 133, 140, 149, 151, 153 e 155, dentre outros, ao Presidente do Banco Central do Brasil, por meio dos quais solicitou a comunicação, ao Sistema Financeiro Nacional, da ordem de transferência do sigilo bancário das empresas Pepper Comunicação Interativa Ltda., Pepper Comunicação Integrada Ltda., Pepper Comunicação Interativa RJ Ltda. e OPR Consultoria Imobiliária, bem como o das pessoas físicas Amauri dos Santos Teixeira e Danielle Miranda Fonteles, sócios da agência de publicidade Pepper, nos períodos que especificam, requisitando o encaminhamento, a esta CPI, da indicação dos correspondentes relacionamentos



bancários, constantes do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional, com o detalhamento de todas as informações cadastrais de que trata o art. 2º, inciso II, da Circular nº 3.347, de 11 de abril, além das informações e documentos necessários aos trabalhos investigativos da Comissão. O prazo estipulado para o envio da documentação era de 15 dias, grafado em negrito em cada um dos ofícios.

Em 12 de novembro de 2015, o Centro de Serviços de Apoio aos Negócios e Operações do Banco do Brasil em Brasília, por intermédio de dois de seus gerentes, encaminhou a esta CPI o Ofício recebido sob o nº 204/2015, por meio do qual, sob o argumento de que a ‘complexidade na elaboração dos arquivos, no formato da Carta-Circular BACEN nº 3.454/2010, exige um período maior para sua confecção’, solicitou-se um prazo adicional de 30 dias úteis, contados da data de seu recebimento, para a resposta ao Ofício nº 133/2015.

A prorrogação solicitada, repita-se, por mais 30 dias úteis, ultrapassa em muito o inicialmente fixado para o encerramento dos trabalhos desta CPI (120 dias). Portanto, caso a pretensão fosse acatada, sem que esta CPI deliberasse, como ainda não deliberou, sobre a extensão do prazo final de conclusão de seus trabalhos, ter-se-ia a absurda situação da chegada de relevantíssimo material probatório em momento posterior ao do encerramento das investigações em curso, o que não se pode admitir nem por hipótese.

Felizmente, atento a essa incontestável realidade, o Presidente da CPI enviou ao Presidente do Banco do Brasil, Sr. Alexandre Corrêa Abreu, o Ofício nº 239/2015, por intermédio do qual respondeu o documento



encaminhado pela instituição e informou que, em decorrência do encerramento do período fixado para que esta CPI desenvolvesse as investigações relacionadas ao seu escopo, não seria possível atender ao pleito formulado pela instituição financeira.

Diante disso, foi solicitado que as informações e documentos requisitados no bojo dos Ofícios nºs 133/2015, 149/2015, 151/2015, 153/2015, 155/2015 e 218/2015, dirigidos ao Banco Central do Brasil, solicitando a transferência dos sigilos bancários das pessoas físicas e jurídicas supramencionadas, fossem encaminhados “com a urgência que o caso requer”.

Ocorre que, segundo informações prestadas pela Secretaria desta CPI, não obstante o vencimento dos prazos estabelecidos para o envio das informações e documentos solicitados e mesmo diante da notícia da inviabilidade de sua prorrogação, levada a efeito pelo Presidente deste colegiado, no Ofício nº 239/2015, datado de 18 de novembro do fluente ano, o Banco do Brasil não encaminhou integralmente a documentação solicitada, conforme informado pela Secretaria desta CPI.

Especificamente no caso da quebra do sigilo fiscal da OPR Consultoria Imobiliária, solicitada por intermédio do Ofício nº 140/2015 — ainda e sempre de acordo com as informações prestadas pela Secretaria da CPI do BNDE —, nenhum dado foi encaminhado a esta Comissão Parlamentar de Inquérito pelo Banco do Brasil até o presente momento”.

Sr. Presidente, eu tinha, no dia de ontem, tomado a decisão de acionar a Procuradoria-Geral da República. Posso fazê-lo, assim como qualquer Deputado, também V.Exa., para questionar essa postura do Banco do Brasil e do Santander. Embora esse ofício se dirija especificamente ao Banco do Brasil, temos informações



de que o Santander pediu prorrogação e também não está atendendo à demanda desta CPI.

Ontem, recebi a ligação do Sr. Fernando Conde, assessor parlamentar do Banco do Brasil, que foi muito gentil, apresentou-nos as dificuldades e disse que havia assumido um compromisso com V.Exa. de que, até sexta-feira, encaminharia as informações. Fiz chegar ao conhecimento do Sr. Fernando Conde que compreendia, naturalmente, as dificuldades, mas os prazos estavam todos vencidos e esta CPI, melhor dizendo, esta Casa Legislativa não pode ser desrespeitada. O Parlamento já anda muito fragilizado, e nós não vamos abrir mão das nossas prerrogativas legais e constitucionais.

Houve uma quebra de sigilo aprovada por este Plenário. Nós estamos exercendo o nosso papel fiscalizador. Simplesmente, no caso específico da OPR, nada chegou até aqui em relação à quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico. Naturalmente, nós estamos preparando as medidas judiciais necessárias para que o banco, a Receita Federal e as telefônicas encaminhem as informações já aprovadas por este colegiado. Se não ocorrer, evidentemente vamos entender e dar o prazo necessário até sexta-feira, conforme pedido do Banco do Brasil. Até lá, nós não vamos fazer nenhuma movimentação no sentido de acionar juridicamente o banco.

Sr. Presidente, para essa atitude de alguns agentes públicos a punição prevista, pelo art. 330 do Código Penal, é:

*“Desobedecer à ordem legal de funcionário público:
Pena - detenção, de 15 dias a 6 meses”.*

Nós não vamos abrir mão, Sr. Presidente: se as informações não chegarem no prazo estabelecido de sexta-feira, não só em relação ao Banco do Brasil mas também às outras instituições financeiras, às telefônicas e à Receita Federal, na segunda-feira nós acionaremos a Procuradoria-Geral da República, com base no artigo já citado, para exigir as punições daqueles que não estão cumprindo com as suas obrigações.

Era essa a informação que eu queria compartilhar com os colegas. Quero dizer, mais uma vez, que chegaram algumas informações sobre a Pepper, ainda que de maneira precária. E sobre a OPR, simplesmente nada até aqui chegou. Então, faço este registro e o compartilho com os colegas.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Betinho Gomes.

Eu comungo da posição de V.Exa., do pensamento de V.Exa. Nós, inclusive, já há alguns dias, oficiamos o Banco do Brasil, porque não admitimos mais a prorrogação de qualquer tipo de prazo com relação aos envios da documentação, uma vez que o prazo estipulado pela CPI já havia ultrapassado o limite do razoável. Então, nós oficiamos, inclusive, o Banco do Brasil.

Eu estou sendo alvo, Deputado Betinho, de dois mandados de segurança: um, por parte da OPR; e outro, por parte da Pepper. Eles pediram, inclusive, a anulação da sessão que deliberou, de forma extremamente justa e democrática, a quebra de sigilo. Eles pediram cinco coisas, e o Supremo Tribunal Federal atendeu a apenas uma solicitação: em vez da quebra do sigilo, transformar-se em transferência de sigilo.

Com relação ao envio da documentação, agora pela manhã eu conversei também com o Sr. Fernando Conde Medeiros — ele esteve aqui na CPI prestando informações. Ele me assegurou que toda documentação solicitada pela CPI foi enviada a esta Casa ontem. Robson está fazendo um esforço já para proceder à leitura dessa documentação.

Agora, vou firmar um compromisso com V.Exas.: se tudo que foi solicitado pela CPI, por deliberação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, não for enviado pelo Banco Central, pelo Banco do Brasil, pelo Santander e por outras instituições financeiras, eu me associarei à solicitação de V.Exa., e juntos ingressaremos com uma representação na Procuradoria-Geral da República.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, só para complementar, já há uma representação aqui pronta. Faço inclusive questão de entregar uma cópia a V.Exa., até para poupar tempo, para que ela sirva, evidentemente com o apoio dos demais Parlamentares, de base para qualquer questionamento. E faço uma extensão: nós estamos falando aqui do Banco do Brasil e do Santander, mas temos o problema da Receita Federal e também das telefonias.

Inclusive, no caso de órgãos públicos, é bom dizer que ainda cabe o artigo, já que pode alcançar uma postura de prevaricação essa atitude de agentes públicos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço pela agilidade, sempre, de V.Exa.

Vamos retomar a nossa audiência pública.

Informo aos convocados que V.Sas. prestarão depoimentos na qualidade de testemunhas, devendo prestar o compromisso de falar a verdade sobre o que souber e lhes for perguntado, nos termos dos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advirto que o descumprimento desse dever legal fará incidir sobre si as penas relativas ao falso testemunho, previstas no artigo 342 do Código Penal.

Passo a palavra, inicialmente, para que possa fazer o seu compromisso perante esta CPI, ao Sr. Rômel Erwin de Souza.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

Da mesma forma, passo a palavra ao Sr. Marcelo Gasparino da Silva.

O SR. MARCELO GASPARINO DA SILVA - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

Passo a palavra neste momento ao Sr. Rômel Erwin de Souza, Presidente da USIMINAS, para suas considerações iniciais, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Bom dia a todos. Eu vou aproveitar esses 5 minutos iniciais para fazer uma rápida apresentação sobre a USIMINAS. A USIMINAS é uma empresa privada, hoje composta de uma mineração, siderurgia, uma unidade de transformação de aço e de bens de capital. Hoje, a receita líquida da USIMINAS é da ordem de 12 bilhões de reais por ano. Nós empregamos, aproximadamente, 33 mil pessoas, sendo, dessas 33 mil, 19 mil empregos diretos. A USIMINAS tem as suas ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo, de Nova York e de Madrid. Hoje, nós estamos aqui para atender à solicitação que nos foi feita e para prestar as informações que forem necessárias. E quanto à USIMINAS, vale ainda registrar o trabalho feito na área social. Então, em 1993, foi criado o Instituto Cultural USIMINAS, e desde a sua criação, em 1993, aproveitando aí os incentivos fiscais, as renúncias, a USIMINAS investiu nessa área mais de 260 milhões de reais, atendendo, aproximadamente, a 2 mil projetos. Se tomarmos como



base os últimos 4 anos, a USIMINAS investiu, aproximadamente, 30 milhões de reais, atendendo a 193 projetos culturais. A USIMINAS é mantenedora da Fundação São Francisco Xavier, que é uma Fundação que consta com um hospital, com duas unidades hospitalares, com 520 leitos, com uma policlínica odontológica e uma clínica para tratamento oncológico. Temos também o Projeto Xerimbabo, que é um projeto de educação ambiental, e que, anualmente, nós fazemos esse projeto e já atendemos mais de 2 milhões de jovens no que se refere às questões ambientais. Trabalha na parte de evolução, interação entre seres vivos e na sua sustentabilidade. A mim, hoje eu sou o Presidente da USIMINAS e trabalho na USIMINAS desde 1975. Então, eu completei, em outubro deste ano, 40 anos de serviços prestados à USIMINAS. Comecei na USIMINAS como auxiliar de escritório e tive a oportunidade de crescer durante todos esses anos. Então, seria isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Sr. Rômel Erwin de Souza, Presidente da USIMINAS.

Passo a palavra agora ao Sr. Marcelo Gasparino da Silva, Presidente do Conselho de Administração da USIMINAS, também pelo tempo de 5 minutos.

V.Sa. tem a palavra.

O SR. MARCELO GASPARINO DA SILVA - Obrigado, Sr. Presidente Marcos Rotta. Bom dia! Bom dia ao Sr. José Rocha, Relator; bom dia ao Sr. Miguel Haddad, Vice-Presidente; senhoras e senhores. Eu sou conselheiro de administração profissional. Iniciei minha carreira nessa área em 2008 e, em 2012, fui eleito suplente no Conselho de Administração da USIMINAS, assumindo meu mandato em janeiro de 2013 como conselheiro independente. Em abril de 2015, eu fui eleito Presidente do Conselho de Administração, eleito pelos minoritários em decorrência de um impasse entre os acionistas controladores. Desde então, respondo pela Presidência do Conselho de Administração da USIMINAS, que é um órgão colegiado, cujas deliberações são tomadas pelos votos da maioria dos conselheiros. Eu recebi a convocação. Estou aqui para prestar todos os esclarecimentos, mas, desde já, informo que não era conselheiro de administração da companhia na época em que os contratos foram celebrados. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa., Sr. Marcelo Gasparino da Silva.

Neste momento, vamos passar à fase das interpelações.

Inicialmente, concedo a palavra a S.Exa., Relator desta Comissão, o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta; Sr. Vice-Presidente, Deputado Miguel Haddad; Sras. e Srs. Parlamentares; Sr. Presidente da USIMINAS, Rômel Erwin de Souza; Sr. Presidente do Conselho de Administração, Marcelo Gasparino da Silva; meus cumprimentos.

Quero iniciar as minhas perguntas me dirigindo ao Presidente Erwin de Souza.

V.Sa. poderia enumerar todas as operações de apoio financeiro entre o BNDES e as empresas do seu grupo econômico, indicando o valor, a data da liberação do crédito e os motivos que justificaram a operação?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Evidentemente eu não tenho todas as informações aqui comigo, mas nós podemos encaminhar todas essas informações. Eu não tenho comigo aqui.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Nem com o BNDES?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - As operações... Eu posso citar... (Pausa.) Com o BNDES, a gente pode... Então, eu vou passar algumas informações. De 2006 até o ano de 2013, foram disponibilizados pelo BNDES, para a USIMINAS, 3,7 bilhões de reais. Desses 3,7 bilhões de reais, apenas foram utilizados 1,9 bilhões de reais. Desse total, a USIMINAS ainda tem, como saldo devedor, 674 milhões. Portanto, o *fee* já quitou — desses 1,9 — 1,3 bilhões de reais. Eu posso colocar aqui. Eu tenho aqui uma série, uma relação longa dos recursos que foram utilizados. Então, nós podemos citar como Cubatão: Linha de Decapagem nº 3; sistema de prevenção e combate de incêndio na Usina; Laminação de Tiras a Quente nº 2; precipitador eletrostático da máquina Sinter 3; melhoria no sistema de transporte de pó da Sinter 2; misturador intensivo para a Sinterização 3; subestação recebedora da Usina de Cubatão; *pipe rack* para o Laminador de Tiras a Quente 2; controle de material particulado nas torres de extinção; reforma de corpo de forno; reforma de equipamentos periféricos; desfolhamento da área de corrida de alto-forno; ponte



rolante para carregamento de gusa nas aciarias; desgaseificação a vácuo para aciarias; ponte rolante para o sistema de desgaseificação a vácuo; captação e tratamento de vapores orgânicos; precipitador eletrostático para a Sinterização nº 1; abatimento de pó das pilhas de quartzo; misturador intensivo para as Sinterizações 1 e 2; resfriamento acelerado para a laminação de chapas grossas; forno de aquecimento e equipamentos auxiliares para a laminação de chapas grossas; edifício para o forno de aquecimento para a laminação de chapas grossas e expedição; laminador e desbastador para a laminação de chapas grossas; troca dos motores do sistema de acionamento elétrico; transportadores para (*ininteligível*) a frio; centro de pesquisa e desenvolvimento; adequação do sistema elétrico para a expansão das laminações; lançamento de cabos e construção de redes; sistema para uso de gás natural para a Usina de Ipatinga; rede de gases oxigênio, nitrogênio e vapor para as linhas de galvanização; centro de recirculação de água das laminações; torre de recirculação de água e água gelada para o ar condicionado da linha de galvanização; e centro de recirculação de água para desgaseificação a vácuo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Desses 674 milhões que V.Sa. acaba de falar que faltam ser liberados, V.Sa. poderia dizer por que eles não foram liberados? Qual a informação que V.Sa. pode nos dar?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sr. Deputado, isso são financiamentos, então, têm prazos de vencimento. Então, o que a gente cabe salientar é que todo esse investimento que a USIMINAS pegou, utilizou foi auditado e fiscalizado pelo BNDES e todas as parcelas estão rigorosamente pagas em dia. Então, a previsão de vencimento do BNDES são parcelas mensais previstas — ainda faltam — para os anos de 2016, 2017 e 2018. Praticamente encerram em 2018. Então, não encerrou o pagamento porque são financiamentos e têm datas de vencimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Como está a planta de Cubatão?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sob que aspecto?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Como essa filial do grupo que V.Sa. preside está funcionando, ou se está funcionando ou não?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Hoje a planta de Cubatão está em funcionando, está produzindo.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Qual é a produção dela?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Hoje, aproximadamente, em números redondos, 2 milhões de toneladas por ano.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Então, não houve, em momento nenhum, decisão de fechar essa filial?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Não, não, o senhor me perguntou se ela estava em condição. Está produzindo sim. Por questões de mercado, nós da USIMINAS analisamos e chegamos à conclusão de que, para que a empresa continue economicamente sustentável e que possa honrar os seus compromissos já assumidos, nós temos que paralisar a área primária de Cubatão, que seria desativar coquerias, desativar temporariamente coquerias, sinterizações, altos-fornos e aciarias.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - E dessa planta, qual a parte que está funcionando?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Hoje todas as unidades estão funcionando.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Todas? E essas que V.Sa. acabou de dizer que foram paralisadas?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Essas serão paralisadas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Serão.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Nós, Sr. Deputado, para que a gente possa contextualizar, nós já vimos notando, desde junho de 2014, de forma mais clara, a queda do consumo de aço no mercado brasileiro. E nós, então, temos que ir nos adequando ao volume de produção, para evitar excessos. Então, o que a USIMINAS vem fazendo? Já no início deste ano — no final do ano 2014, já estava clara a queda de mercado —, então, nós tomamos a primeira medida: “*Olha, nós estamos com capacidade excedente e estamos sendo forçados a buscar mercado externo, onde as coisas não são boas*”. Então, o primeiro passo que nós fizemos: nós levamos a produção da usina para o mínimo técnico possível. E assim fizemos. Reduzimos e continuamos acompanhando a evolução do mercado. E o mercado continuou caindo e ainda está caindo. Então, aquela resolução de levar a produção da usina a um nível mínimo ainda era muito para o nosso mercado, e a gente



continuava tendo que aumentar a cada mês o volume de exportação. Aí discutimos e falamos: *“Olha, temos que reduzir a pressão que nos é feita pelo metal líquido, porque produziu o metal, solidificou, tem que vender. Nós não podemos ficar acumulando capital de giro. Aliás, não temos nem caixa para isso”*. Então, nós decidimos parar o alto-forno nº 1 de Ipatinga e o alto-forno nº 1 de Cubatão. E continuamos acompanhando e tentamos ir fazendo algumas medidas no sentido de preservar pessoal. Por exemplo, nós fizemos uma proposição de redução de jornada com redução de salário. Conseguimos implementar em algumas unidades, em outras não. Aí continuamos trabalhando e continuamos sendo cada vez mais forçados a ir para o mercado externo. Aí a chegou a hora em que o lucro bruto passou a ser negativo. Então, ultrapassou todos os limites. Diante de um fato como este e a queda cada vez mais acentuada do mercado, nós só tínhamos uma alternativa: não ter a pressão do metal líquido. Ou seja, nós temos que nos adequar ao tamanho do mercado de aço brasileiro. E a única alternativa que nós temos é esta que nós estamos colocando: reduzir ou parar temporariamente a produção de metal líquido na Usina de Cubatão. E essa foi a decisão tomada e em que nós estamos trabalhando. Estamos fazendo e trabalhando de tal forma que a gente possa parar os equipamentos da melhor forma possível, para que, quando esse mercado melhorar, a gente possa retornar com essas unidades de operação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Há quanto de recurso do BNDES investido nessa filial de Cubatão?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Na realidade, o grande volume de investimentos investidos na usina de Cubatão, desses valores que coloquei aqui, o que salta os olhos é o Laminador de Tiras a Quente nº 2 de Cubatão, um laminador moderno. E essa unidade, a despeito da parada da área primária, continuará produzindo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Então, não haverá solução de continuidade?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Hoje são 870 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - O senhor confirma que não haverá solução de continuidade na produção dessa unidade fruto de financiamento do BNDES?



O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Nós estamos paralisando a produção, temporariamente, da área primária de Cubatão.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Pela ordem, Sr. Relator: V.Exa. perguntou se, no que foi financiando pelo BNDES, vai haver continuidade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Solução de continuidade.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI- O Sr. Rômel respondeu sobre a outra unidade.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - O laminador de tiras a quente continuará operando.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - É Cubatão?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - É Cubatão. Foi o que eu falei aqui.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Às vezes eu fico muito intrigado quando eu vejo o Brasil, com o potencial que tem de minério de ferro sendo exportado, importando trilhos para as nossas ferrovias.

Eu queria perguntar a V.Sa.: a USIMINAS tem unidade de laminação de trilhos?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sr. Deputado, não, a USIMINAS não tem. A única unidade de laminação de trilhos que havia era na antiga AÇOMINAS — não é? —, que hoje não opera mais esse laminador.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Mas por que a USIMINAS não se interessa por essa questão, uma vez que no momento o País está investindo muito em ferrovias e tem que importar os trilhos da China?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sr. Deputado, infelizmente, embora seja uma realidade a importação de trilhos, o volume de trilhos consumidos pelas ferrovias brasileiras é pequeno para justificar o investimento num laminador de trilhos, que é extremamente pesado, muito alto. Por isso é que não há investimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - A USIMINAS contratou um consultor para elaborar as consultas prévias ou cartas-consultas ao BNDES? Se o fez, quais os nomes desses consultores?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Não, a USIMINAS não contratou.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Antes da apresentação das cartas-consultas ao BNDES, V.Sa. ou algum representante das empresas que dirigia



iniciaram tratativas informais com representantes do BNDES sobre o projeto de financiamento?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Por favor, eu... eu não percebi. O senhor poderia repetir, por favor?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Antes da apresentação de cartas-consultas ao BNDES, V.Sa. ou algum representante das empresas que dirigia iniciaram tratativas informais com representantes do BNDES sobre o projeto a ser financiado?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - V.Sa. alguma vez conversou com algum ocupante de cargo político sobre a contratação de financiamento junto ao BNDES?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - A USIMINAS ou algum de seus sócios já doou recursos para campanhas eleitorais?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - É, a USIMINAS faz as doações eleitorais conforme previsto eleitoral. Faz. Fez.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - V.Sa. poderia nos dizer qual foi essa distribuição proporcional das doações entre partidos?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Não sei, não sei os valores.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - V.Sa. é o Presidente da empresa.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Eu sou o Presidente, mas, infelizmente, eu... eu não tenho essa informação. Sei que a USIMINAS doou, que é feito conforme a legislação eleitoral, mas eu não sei falar pro senhor a quem e quais os valores.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Qual é a sua avaliação sobre a atuação do BNDES?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - O BNDES é um banco de fomento extremamente importante pra quem está investindo no crescimento desse País — extremamente importante, imprescindível!

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - E tem sido muito importante para a sua empresa?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - O BNDES é importante sim. A USIMINAS é uso intensivo de capital.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - V.Sa. teve notícia de que o banco estatal sofra ou tenha tido suas decisões influenciadas por políticos?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Ouvido? Eu tenho ouvido.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Quais eram os contatos de V.Sa. ou seus representantes no BNDES, para efeitos do trâmite de aprovação das operações de apoio financeiro?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Não, eu não sei nominar. O que eu sei dizer pro senhor é que o contato era feito entre as áreas técnicas da USIMINAS e as áreas técnicas financeiras do Banco do Desenvolvimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Qual foi o tempo transcorrido entre a apresentação da carta-consulta da USIMINAS ao BNDES e a efetiva contratação da operação de crédito?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Olha, são muitas as... as... essas operações. E eu não sei informar ao senhor, eu não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Do tempo não tem?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Não, eu não tenho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Demorou longo tempo ou médio? O senhor chegou a se queixar da demora?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Não, infelizmente eu não tenho essa informação. Eu não tenho notícia de dificuldade de demora não. Eu não tenho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Quais benefícios que a USIMINAS pretendia gerar com seu empreendimento justificariam a utilização dos recursos públicos manejados pelo BNDES?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Bom, sempre, antes de todo e qualquer investimento, primeiro nós temos que ter, é feita uma análise de mercado, é feita uma análise técnica da tecnologia que vai ser usada, é feita uma valorização disso, quer dizer, de quanto você vai ganhar de mercado, de quanto você vai ter de produto, de quanto você vai investir. E evidentemente, faz-se, então, uma conta pra ver, determinar se aquele investimento se paga ou não, porque não há como investir sem que tenha retorno. E é uma condição primeira, pra aprovação de empréstimos ou financiamentos junto ao BNDES, demonstrar e provar que o investimento é



rentável, é lucrativo, que pode ser investido nele. Se não houver rentabilidade, não tem cessão de crédito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - A situação econômico-financeira da USIMINAS impede a geração dos benefícios esperados pelo BNDES com a concessão do crédito da siderurgia?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Na realidade, Sr. Deputado, infelizmente nós fazemos análise — e a análise de um investimento é pontual. Então, eu vou citar para o senhor, só para o senhor ter uma ideia: uma das coisas muito importantes é a questão do tamanho do mercado. Então, vamos pegar como exemplo o mercado de aço plano no Brasil. Vamos pegar como referência o ano de 2013. No ano de 2013, foram consumidas neste País 14,8 milhões de toneladas de aço. E todos nós brasileiros acreditávamos que o País continuaria crescendo. E o mercado de aço este ano não será maior do que 11 milhões. Ou seja, 3,8 milhões de toneladas de aço consumidas internamente neste País não existem mais. Então, todos os investimentos que nós fizemos, que estariam ligados a aumento de produção, nesta hora, agora, deixam de ser atrativos. Por quê? Porque não existe mais volume. Então, a atratividade de um projeto é na hora que você faz. Se se erra, por exemplo, numa previsão, evidentemente não vai haver o retorno. Infelizmente, hoje o grande problema nosso é a questão do volume: não temos mercado interno. Então, com isso aí, tudo passa a ser bem mais difícil.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Voltando à questão de Cubatão, V.Sa. poderia nos informar se há uma previsão dessa interrupção temporária dessas atividades. Que prazo é esse? Há data?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Há, há sim. Quando nós anunciamos, nós anunciamos com certa antecedência por razões bem óbvias. Primeiro, por respeito às pessoas: ninguém tem o direito de saber ou tomar conhecimento de nada de última hora. Então, nós antecipamos a informação. Segundo, para que nós pudéssemos fazer a parada desse equipamento da forma mais técnica possível, evitando problemas de danos técnicos por questões de segurança. Então, nós avisamos. Então, dentro do nosso cronograma, a desativação final ocorreria em 31 de janeiro de 2016.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Como V.Sa. classifica a USIMINAS no *ranking* das empresas de siderurgia do nosso País?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Olha, a USIMINAS se diferencia das outras por uma série de razões: primeiro, pelo valor agregado dos seus produtos. Então, a USIMINAS, hoje, se a gente toma como exemplo a indústria que fornece chapas para o setor de óleo e gás, ela está entre as quatro ou cinco siderúrgicas do mundo que são capazes de produzir o aço para transporte de óleo e gás em águas profundas, o que nós chamamos de API X65 e X70. Então, ela se diferencia muito das outras em função disso. E um outro grande diferencial nosso é que a USIMINAS é praticamente a única empresa siderúrgica brasileira dotada de um centro de pesquisa. Ou seja, a USIMINAS desenvolve os seus produtos. E hoje o mercado brasileiro tem acesso aos aços usados pela indústria automobilística do mundo inteiro. Então, aqui, a indústria automobilística não pode reclamar, tem aço que se equipara a qualquer outro, de qualquer lugar do mundo. Esse é o diferencial da USIMINAS em relação às outras. E a USIMINAS, só citando como referência, é a empresa siderúrgica que detém o maior número de cartas-patentes. Nós temos mais de 395 cartas-patentes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Ela é a quarta do mundo?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Não, não, ela está entre as quatro ou cinco empresas aptas a produzir esse aço para transporte de óleo e gás em águas profundas, em condições severas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Como está a China continental e Taiwan?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Hoje, a grande questão de China... A China, hoje...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Está em que classificação?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - A China... Eu não tenho informação. Sobre essa classificação, não tenho. O que eu posso falar de China é o seguinte: a China é hoje a grande preocupação da siderurgia mundial. Com um excedente de produção extremamente grande no mundo, só a China tem 400 milhões de toneladas de capacidade excedente. Ou seja, eles não têm mercado para isso. Então, o que é que eles estão fazendo? Eles estão exportando aço para o mundo



inteiro. E para que eles consigam abrir mercado, a cada dia que passa eles reduzem cada vez mais os seus preços. Então, eles têm acesso ao mundo inteiro, fornecendo produtos. O que nós temos assistido no mundo inteiro é a todos os países criando barreiras, dificultando a entrada do produto chinês, em função do dano que ele causa à indústria dos países, à indústria nacional.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Como V.Sa. poderia explicar que a China, na sua planta de laminação de trilhos, possa não só absorver o seu mercado, mas também fornecer para outros mercados. A USIMINAS não poderia, numa planta de produção de trilhos, não só fornecer ao Brasil, mas também fornecer a outros mercados? Não seria só o mercado brasileiro que iria viabilizar essa laminação de trilhos.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sr. Deputado, na realidade, tem que ser feita uma análise bem profunda. O Brasil importa trilho. O que a gente precisa saber é quanto existe de capacidade ociosa de produção de trilho no mundo. Quanto tem na China ocioso, aguardando mercado? Qual é o preço a que o chinês está disposto a vender? Porque o senhor bem sabe que, na China, infelizmente, não existe preocupação com lucratividade, nenhuma. Lá na China, o importante é a criação de emprego. Então, produzem abaixo do custo, vendem com prejuízo; e nós, como empresa privada, nós não podemos fazer isso. Essa análise tem que ser feita com muito cuidado, com muito critério, em função dessa concorrência. O que está acontecendo aqui hoje, no mercado brasileiro de aço, é exatamente isto: a China veio e está massacrando, com preços extremamente baixos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, agradeço ao Sr. Rômel Erwin de Souza as respostas às nossas perguntas e devolvo a palavra V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Relator, Deputado José Rocha.

Passa-se a palavra agora ao autor do requerimento.

Concedo a palavra a S.Exa. o Deputado Marcelo Squassoni, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCELO SQUASSONI - Obrigado, Sr. Presidente.



Eu quero agradecer a presença do Sr. Marcelo Gasparino da Silva e do Sr. Rômel Erwin de Souza. Nós temos aqui um problema que é muito grave para o País, que são as demissões anunciadas, em Cubatão principalmente.

Eu queria começar, Sr. Presidente — fiz algumas anotações aqui —, dizendo que a cidade de Cubatão tem a antiga COSIPA, que hoje se chama USIMINAS, como sua principal empresa. Ela é praticamente responsável por 20% da arrecadação municipal. Em torno da USIMINAS, nós temos instaladas dezenas de empresas que têm a USIMINAS como sua principal parceira comercial. Aproximadamente 4.300 trabalhadores diretos, 5.000 indiretos e outros 10.000 que orbitam em torno do complexo industrial com certeza ficaram chocados com a declaração do Sr. Erwin, 3 semanas atrás, uma bomba jogada em cima deles: a partir daquele momento, sem data exata para o início das demissões, todos perderiam seu emprego, perderiam o chão e o horizonte. Isso foi amplamente divulgado pela imprensa. A própria Prefeita de Cubatão, que aqui está hoje, preocupadíssima com a situação, também se chocou. É lógico, porque ela sabe o que vai acontecer com a cidade. Provavelmente, até o hospital municipal vai fechar, para se ter uma ideia do tamanho do caos na região. Santos, Guarujá, São Vicente e, principalmente, Cubatão, é claro, vão ter um choque na sua economia que vai modificar a vida das pessoas eternamente.

A gente começa a perceber, nesses últimos 20 dias, que algumas atitudes que nós mesmos, como Deputados, temos tomado podem mudar alguns rumos dessa novela, na verdade. Então, eu estive com a Prefeita, com o Deputado Carlos Zarattini, com o Deputado José Mentor, com o Deputado Vicentinho. Fomos ao Ministro do Trabalho, fomos ao Ministro da Indústria e Comércio, fomos ao Governo, falar com o Berzoini, buscar alguma atitude de governo para minimizar, talvez, esse impacto ou então coibir essas demissões.

Claro, entendemos a crise mundial, entendemos que a China tem feito um estrago no mercado mundial do aço, praticamente *dumping*, vendendo aço a um preço muito baixo, deixando todas as empresas, no mundo inteiro, em dificuldade. Foi um pedido nosso para o Ministro da Indústria que ele imediatamente sobretaxasse esse aço que vem da China, porque a gente sabe que o aço que está entrando no Brasil a um preço muito abaixo do mercado está fazendo com que as



empresas brasileiras percam espaço. O Brasil não pode ser o último país a proteger o seu mercado. Vários países do mundo estão se mobilizando, isto é uma certeza, para que a China não consiga derrubar todas as indústrias internacionais. O Brasil não pode ser o último, é claro, porque, se formos o último, nós vamos ter aqui uma invasão desse produto chinês, que eles devem ter estocado lá aos montes.

Bom, então, uma primeira solução que nós imaginaríamos ser possível seria uma mudança nas alíquotas de importação. Depois, como ocorreu com a concorrente dos senhores, que é a CSN, que também é parceira, ou melhor, é acionista da USIMINAS... A CSN buscou o que nesse momento, pelo que nós fomos pesquisar? Buscou um financiamento bancário para os seus principais compradores. Então, a CSN se reuniu com a Caixa Econômica Federal, numa atitude de administração proativa, juntou seus principais compradores, as empresas que são seus melhores clientes, e pediu à Caixa que fomentasse essas empresas neste período de crise, até que o mercado melhorasse, até que a empresa pudesse de novo caminhar de acordo com as leis de mercado. Lógico. Então, essa foi uma atitude proativa.

O que eu não percebi — pelo menos eu queria ouvir dos senhores, do Sr. Marcelo e do Sr. Erwin — foi que atitude foi tomada pela empresa inicialmente, antes dessa de uma atitude tão desastrosa como esta. Porque para nós não pode haver outra palavra que “desastrosa”. É um desastre! É diferente... O senhor está às vezes um pouco distante, talvez lá em Minas, e não veja tão de perto, por mais que tenha 40 anos de empresa... Tomara que o senhor não tenha perdido a sensibilidade daquela pessoa que vive ali o dia a dia, a sensibilidade de entender o caos que vai causar naquela região não se buscar outra solução que não sejam as demissões.

Inicialmente, Presidente, eu gostaria de entender o que a empresa fez para buscar uma solução, como as outras empresas estão fazendo... Porque a única que está nesse caos total, parece, é a USIMINAS. Então, se as outras estão buscando outros caminhos para vencer a crise, para ajudar o País neste momento de dificuldade... O senhor falou aí de algumas atitudes sociais que a empresa tomou, mas, infelizmente, neste momento elas vão sumir, vão desaparecer. O senhor pode ter feito um monte de coisas, mas isso vai desaparecer diante da desgraça que o



senhor vai causar na região. Então, acho que essa sensibilidade faltou a todos vocês, ao Conselho de Administração e à Presidência da empresa, sensibilidade para buscar qualquer solução, menos destruir a vida de milhares de pessoas. Eu queria saber por que não buscar soluções diferentes antes de chegar a este ponto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. está fazendo a pergunta diretamente?

O SR. DEPUTADO MARCELO SQUASSONI - Pergunto primeiro para o Sr. Marcelo, que ainda não respondeu a nada, que ainda não foi perguntado, depois ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Então, passo a palavra, inicialmente, ao Sr. Marcelo, depois ao Presidente.

O SR. MARCELO GASPARINO DA SILVA - Sr. Deputado Marcelo Squassoni, bom dia. Obrigado pela pergunta. Eu entendo que parte da sua pergunta, necessariamente, precisa ser respondida pelo Presidente-Executivo da companhia, mas posso lhe prestar alguns esclarecimentos em relação às providências que estão sendo tomadas pelo Conselho de Administração no sentido de minimizar os impactos da crise econômica que assola o Brasil neste momento, diferentemente de outras economias, e que tem afetado diretamente o mercado siderúrgico. Nós trabalhamos no Conselho de Administração na forma de análise estratégica da companhia e dos seus negócios, então, anualmente, nós fazemos uma revisão do nosso planejamento estratégico e também discutimos profundamente o orçamento do ano subsequente. O nosso orçamento para 2015 era muito mais otimista do que se está realizando. Nós não estamos atingindo os objetivos não é por causa de uma falha na gestão da companhia, não é por causa de falta de boa vontade dos administradores para atingir os objetivos e, conseqüentemente, ser reconhecidos, inclusive. Então, nós tivemos que fazer revisões muito drásticas nas questões orçamentárias em decorrência de não atingirmos, nem de perto, os volumes previstos em termos de vendas. O Sr. Rômel fez uma apresentação no início sobre os negócios da companhia, e não é novidade para ninguém que, além da siderurgia, a mineração está sofrendo muito com a queda do preço do minério de ferro, também em decorrência do desaquecimento econômico na China. A USIMINAS tem uma mineradora, e essa mineradora



precisou reconhecer uma perda contábil de 1 bilhão de reais no primeiro semestre de 2015, em face da perda da expectativa de realização de resultado com a venda de minério de ferro. Não é só a siderurgia que está sofrendo, não é só Cubatão que está sofrendo, Ipatinga também está sofrendo. Eu não saberia lhe dizer qual é o grau de proporção entre Ipatinga e Cubatão, mas a MUSA, que é a mineradora, ela também está se esforçando ao máximo para evitar desligamentos, em que pese este ano praticamente nós termos operado não sei lhe responder se também com lucro bruto negativo, mas certamente com resultado negativo operacional. Nesse sentido, existem pilares da governança corporativa que precisam ser sempre preservados. Um pilar muito importante é o da responsabilidade socioambiental, e, obviamente, o entorno da empresa, principalmente de uma empresa do porte da antiga COSIPA, é sensivelmente afetado por qualquer tipo de ação que se faça, seja ela um investimento, como foi feito, um projeto de grande investimento para a instalação do Laminador de Tiras a Quente II, que é, sem dúvida nenhuma, o mais moderno da América do Sul — não existe laminador com tamanha tecnologia e capacidade como o de Cubatão, e que continuará operando —, sejam outros investimentos que foram feitos. Ocorre que, a partir do momento em que você sai da estratégia e entra na operação, o Conselho de Administração, ele não tem a atribuição de entrar nas minúcias das questões operacionais que estão sendo decididas no dia a dia. Cubatão tem um Diretor-Geral, a Usina de Cubatão tem um Diretor-Geral, Ipatinga tem um Diretor-Geral. Nós temos um Vice-Presidente Industrial que, coincidentemente, era o Diretor-Geral de Cubatão, e nós temos outras áreas que analisam todas essas questões. A Diretoria, após fazer todas as análises, análises que entendeu necessárias, chegou à conclusão e tomou a decisão de desligar a área primária da Usina de Cubatão. Essa decisão chegou ao conhecimento do Conselho numa reunião do dia 28 de outubro, há menos de 1 mês. Essa reunião aconteceu no dia 28 de outubro e, imediatamente, como Presidente do Conselho, eu solicitei esclarecimentos adicionais aos prestados na reunião e incluí a matéria Cubatão na primeira reunião presencial que aconteceu. Essa reunião ocorreria hoje. Em face da convocação, nós fizemos questão de antecipar a reunião para ontem, para poder ter uma análise da questão, porque se sabia que eu e o Presidente Rômel seríamos perguntados sobre a questão. Então, ontem, novamente, nós nos



debruçamos sobre o assunto. Não vou entrar na minúcia da discussão, mas ela foi profunda. Foram apresentados alguns aspectos que eu queria dividir com os senhores que motivaram inclusive a ratificação pelo Conselho de Administração da decisão que foi tomada pela Diretoria. Nós questionamos os Diretores e eles afirmaram que era a única opção neste momento. Então, nós buscamos informações sobre a possibilidade de outras opções que não o desligamento. Mas eu acho que o Presidente Rômel foi muito feliz em comentar sobre a pressão exercida quando você produz o aço líquido. Depois de produzir o aço líquido, ou você vai estocar, e você vai ter que ter capacidade financeira para estocar esse material, e o mercado não trabalha hoje com estoque... Então, sendo a única opção, a gente teve que enfrentar. Ou decidimos pela paralização ou não ratificamos a decisão e vamos reverter a decisão. O segundo aspecto é o de que vocês têm conhecimento. O senhor, que é de Cubatão, sabe que a empresa, ela tem um controle definido. Ela é uma empresa com controlador definido. Existem companhias que não têm controlador e existem companhias que têm controlador. Um dos conselheiros do grupo de controle defendeu na reunião de ontem que, se não tomássemos a decisão neste momento, ou se não ratificássemos a decisão da Diretoria neste momento, nós estaríamos correndo um sério risco de inviabilizar a companhia sob o aspecto financeiro. Então, nós poderíamos ter uma companhia em 2016 que não poderia honrar seus compromissos financeiros. Nesse aspecto, também foi muito importante termos uma responsabilidade no sentido de ser conservadores, para manter a companhia em pé. E a colocação que foi feita pelos conselheiros foi no sentido de que, se a gente não tomasse essa decisão, os custos em que nós estaríamos incorrendo acabariam por inviabilizar a empresa como um todo. O terceiro aspecto é que existe na USIMINAS, companhia que foi privatizada, uma legislação que prevê a obrigatoriedade de um representante dos empregados no Conselho de Administração. Em outubro de 2015, 1 mês atrás, esse representante não se manifestou em relação à decisão da Diretoria. Em 25 de novembro de 2015, esse representante votou pela ratificação da decisão da Diretoria. Então me parece que cabe perguntar aos sindicatos da região de Cubatão sobre essa posição.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Pois não.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente, há vários oradores aqui inscritos, e muitos destes inclusive terão que se deslocar aos seus Estados. Eu peço a V.Exa. que peça ao depoente Sr. Marcelo Gasparino que otimize o tempo. Ele está há quase 10 minutos dando apenas uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu sugiro a V.Exas. que façam perguntas e respostas. Eu acho que é a forma mais rápida, mais ágil de nós inquirirmos aqui os depoentes.

Então, ratifico a solicitação do Sub-Relator, Deputado Fufuca, para que V.Exas. sejam mais diretos e mais precisos nas respostas, tendo em vista que nós temos aqui 11 Parlamentares ainda inscritos para fazer as suas indagações.

Eu devolvo a palavra ao Sr. Marcelo, solicitando, penhoradamente, agilidade nas respostas, por gentileza.

O SR. MARCELO GASPARINO DA SILVA - Sr. Presidente, o senhor não me orientou nesse sentido. Eu recebi uma pergunta ampla demais para responder de maneira muito objetiva. Mas eu fui bem objetivo na resposta: o representante dos empregados, ele votou pela paralisação. E a última situação é que, num universo de 20 mil trabalhadores diretos, pesou muito a situação de manter o emprego de 16 mil trabalhadores, que foi o que a gente colocou em jogo naquele momento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Marcelo Squassoni, V.Exa. está satisfeito?

O SR. DEPUTADO MARCELO SQUASSONI - O senhor tem a complementar? Se não, tudo bem. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O Sr. Rômel está com a palavra.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Só para a gente dar uma contextualizada e entender o que está acontecendo, para ficar mais fácil, mais didático, então, o que que está acontecendo? Nós temos uma capacidade hoje de produção definida. Nós estamos no mínimo do que se consegue produzir. Abaixo disso você não consegue produzir de forma segura, não temo como. Então, já existe um volume predeterminado do que você tem que fazer. À medida que o mercado interno vai diminuindo, então você começa a não ter para quem vender. Mas, como existe já um volume predefinido, você, obrigatoriamente, tem que vendê-lo. Quando



você tem obrigatoriamente que vendê-lo, aí você vai vender por aquilo que encontrar, e esse é o grande problema. Então, nós estamos sendo obrigados a fazer negócios em que nós estamos perdendo dinheiro, por isso é que o lucro bruto da USIMINAS neste terceiro trimestre foi negativo, por isso é que o EBITDA da USIMINAS no terceiro trimestre foi negativo. Por quê? Nós estamos sendo forçados a fazer negócios destruindo valor.

O SR. DEPUTADO MARCELO SQUASSONI - O que eu queria saber, assim, é se alguma coisa foi feita pela USIMINAS antes de se anunciarem as demissões.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sim. O que foi que nós fizemos? Nós viemos procurando ajustar o volume de produção a esta situação. Nós chegamos a um ponto tal, que a gente não consegue mais reduzir volume. Agora é para o zero, do metal líquido. Nós não tivemos alternativa. Então, na realidade, a solução que nós temos que ter é uma solução de gerar valor. Se a gente continua operando, nós estamos destruindo valor, porque nós somos obrigados a fazer negócios que não são vantajosos.

O SR. DEPUTADO MARCELO SQUASSONI - Bom, Presidente, eu tenho umas poucas perguntas. Vou tentar ser rápido também. Vamos lá, então.

A USIMINAS tem, ao que parece, uma solicitação de empréstimo junto à Caixa Econômica Federal de mais de 700 milhões de reais, a título de... Eu não me lembro exatamente o que foi que vocês disseram, mas não foi para demissões. Eu quero saber se esse dinheiro que o senhor está solicitando para... O que que era mesmo?

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Capital de giro.

O SR. DEPUTADO MARCELO SQUASSONI - Capital de giro, isso. Esse dinheiro que o senhor está solicitando, ele é para pagar as demissões? O senhor quer dinheiro do Governo Federal, da Caixa Econômica, para pagar as demissões dos trabalhadores?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Não, não, não é isso.

O SR. DEPUTADO MARCELO SQUASSONI - Não é para isso.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Não, não.

O SR. DEPUTADO MARCELO SQUASSONI - O senhor tem dinheiro para pagar as demissões?



O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sim, tenho.

O SR. DEPUTADO MARCELO SQUASSONI - Esses 700 milhões que o senhor vai usar para capital de giro, ou outros valores, maiores do que esses, não seriam capazes de suspender as demissões. Se o Governo Federal, através dos seus bancos, conseguisse financiar este ano a mais para a USIMINAS, para a USIMINAS tratar de segurar esses trabalhadores por mais 1 ano, isso não seria possível?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sr. Deputado, o problema da USIMINAS, o grande problema, é que nós temos que ter resultado positivo. A partir da hora em que não se tem resultado positivo, você não consegue mais nada. Então, qual que é o grande... Isso nós estamos fazendo com imenso pesar. Ninguém tem prazer nisso. Eu estaria muito mais orgulhoso criando empregos. Eu me sentiria muito melhor. Faço isso com dor. Eu sou pai de família. Eu tenho filho no mercado de trabalho e sei que ele está exposto a isso. Mas o que a gente tem que olhar é que nós estamos falando de 32 mil, quando nós estamos olhando um todo. Às vezes nós temos que sacrificar uma parte para manter a outra. É isso. Então, na USIMINAS, na realidade, a não postergação é porque nós temos necessidade de resultado positivo. Se nós não tivermos resultado positivo, não haverá como honrar os nossos compromissos, não haverá como pagar os nossos impostos.

O DEPUTADO MARCELO SQUASSONI - Tem sido muito comentado na nossa região que a USIMINAS tem interesse financeiro no porto, na atividade portuária, e que estaria preparando a transformação de toda a planta fabril para um terminal portuário, ou retroportuário, talvez para pátio de contêineres. A pergunta é: nós vamos trocar postos de trabalho por postos de contêineres?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sr. Deputado, não, não é isso. Na realidade, o porto, na Usina de Cubatão, é um excelente ativo. Não tenho dúvida disso. Mas em momento algum o que nós estamos tomando tem como objetivo final, como já foi comentado, transformar os nossos pátios de matéria-prima em pátios de contêineres. Em hora alguma nós pensamos nisso. Reconhecemos que o porto é um ativo importante, sim, e vai continuar sendo cada vez mais, porque nós vamos ter que comprar placa, e vai ser através do porto que nós vamos recebê-las. Ele é muito importante, mas não é o objetivo final.



O DEPUTADO MARCELO SQUASSONI - Outra pergunta. Eu queria saber se existe a possibilidade de a USIMINAS ser vendida para um concorrente neste momento e esse concorrente garantir a preservação dos empregos. Porque, pelo que nós estamos percebendo, essa decisão de vocês de deixar todo aquele parque industrial parado, ou subutilizado, é definitiva, que seja por 4 ou 5 anos, e por 4 ou 5 anos já é desastroso. O que eu pergunto é o seguinte: se houver alguma empresa no mercado disposta a acolher... Pelo jeito, está valendo muito pouco a empresa lá em Cubatão. É possível a transferência desses ativos para uma empresa, ou algum acordo imediato com alguma empresa que queira pelo menos preservar os empregos e dar continuidade a esse trabalho?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sr. Deputado, só para o senhor ter uma noção, se nós compararmos o que a siderurgia brasileira valia em 2008, se a gente toma 2008 como base, como 100%, hoje essas empresas valem menos de 10%. Todo o ativo foi extremamente depreciado, e, na realidade, não só da USIMINAS, mas de toda a siderurgia no mundo. O problema não é a que grupo econômico ela está ligada ou não, o problema é a capacidade de gerar resultados.

O DEPUTADO MARCELO SQUASSONI - Última pergunta, e depois eu só vou fazer uma consideração, Sr. Presidente.

Os funcionários da USIMINAS, eles vão ter uma dificuldade muito grande para voltar ao mercado, se eles forem realmente demitidos. Eles são especialistas numa área que tem poucas outras oportunidades naquela região, ou nenhuma oportunidade. Eu queria saber dos senhores se a empresa não pode fazer um investimento, na verdade, primeiro para preservar esses empregos por pelo menos 6 meses, no mínimo 6 meses; e segundo, para preparar um plano de demissão voluntária, para que os próprios funcionários definam quem são os primeiros a querer sair e eles saiam de uma maneira mais honrosa, ganhando alguma vantagem para isso. Depois, eu quero saber se pode existir o compromisso de preparar para o mercado os que vão ser demitidos, se isso é impossível reverter, de a empresa pagar cursos e treiná-los para outras áreas.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sr. Deputado, esse é um trabalho que nós estamos fazendo agora, um trabalho que nós temos que fazer no sentido de minimizar o impacto das demissões. Nós temos uma série grande de... uns falam de



benefícios, ou de algumas coisas que podem ser ofertadas no sentido de minimizar. Nós estamos trabalhando nisso.

O DEPUTADO MARCELO SQUASSONI - E o prazo mínimo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Marcelo, peço para V.Exa. encerrar, por gentileza.

O SR. DEPUTADO MARCELO SQUASSONI - Só mais uma pergunta, Sr. Presidente. Qual é o prazo mínimo para as demissões?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Nós estamos falando que encerraremos as atividades da área primária em 31 de janeiro de 2016.

O SR. DEPUTADO MARCELO SQUASSONI - Sem possibilidade de extensão desse prazo?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Infelizmente. A menos que surja alguma solução, que até agora, infelizmente, nós não vimos e não encontramos.

O SR. DEPUTADO MARCELO SQUASSONI - Então, só um pedido. Eu queria que o senhor, por favor, como o senhor disse ao Relator logo no início quanto aos investimentos que foram feitos com o dinheiro do BNDES — porque nós precisamos justificar aos nossos eleitores e a toda a região do litoral paulista onde foi colocado o dinheiro do BNDES, já que os planos eram para investimentos até 2016 —, pudesse imediatamente encaminhar a esta CPI, detalhadamente, onde foi colocado cada tostão do BNDES, tudo o que foi recebido, e onde foi investido na nossa região. Gostaria que isso fosse claramente exposto, para que a sociedade tenha conhecimento e ninguém tenha dúvidas do que foi feito com o dinheiro que era para a modernização de um pátio, e não para demissão.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sim, Deputado. Só lembrando o seguinte: nós, quando investimos, apostamos que o País iria crescer. Ninguém, jamais, em sã consciência, faria um investimento que não fosse capaz de pagar. A nossa crença, em todo momento, foi que o País cresceria. Vamos citar como exemplo a própria indústria automobilística. Há quantos anos nós falávamos que a indústria automobilística atingiria 5 milhões de veículos? Estamos produzindo 2,5 este ano. Todo mundo investiu esperando o mercado. Nós investimos esperando o pré-sal. Nada veio. Infelizmente, talvez, o grande pecado que tenhamos cometido foi ter apostado que haveria um crescimento.



O SR. DEPUTADO MARCELO SQUASSONI - Bom, vamos aguardar, então, Presidente. Vamos torcer para que haja outra solução até o final do ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Marcelo Squassoni.

Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, queria falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Sobre a mesa, requerimento do Líder, Deputado Carlos Sampaio, designando o Deputado Betinho Gomes para usar o tempo destinado à Liderança do PSDB.

Concedo a palavra a V.Exa. pelo tempo de 7 minutos.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, antes de mais nada, embora não seja o tema central, acho que cabe aqui um registro sobre os episódios acontecidos no dia de ontem que certamente deixam todo o Parlamento brasileiro numa situação delicada, sobretudo pela inquietação nacional em função da prisão de um Senador da República motivada por uma iniciativa dele de tentar silenciar uma testemunha importante da Operação Lava-Jato.

Faço esse registro para demonstrar a nossa preocupação com os rumos do País, da política nacional, e aí não adoto aqui nenhuma posição de questionar o Governo ou de tripudiar sobre uma situação que é lamentável sob todos os aspectos. Mas isso merece a atenção da parte de todos que estão aqui neste Parlamento nacional em relação à conduta, em relação à nossa postura, em relação aos acontecimentos políticos que nos colocam diante de um grande dilema nacional de reencontrarmos-nos com os interesses da sociedade.

Faço este registro inicial, mas quero focar, neste momento, nas atividades da CPI.

Presidente, colegas, Relator, esta CPI, quando foi iniciada, buscou — e tem como propósito fiscalizar — investigar contratos internacionais, supostos privilégios em relação a alguns grupos empresariais e tráfico de influência de pessoas ligadas ao Governo Federal.

Com muita dificuldade, com algumas deficiências, naturalmente, nós estamos aqui buscando avançar, com o propósito de elucidar, de esclarecer, de prestar



informações à sociedade, já que o BNDES é um banco estratégico, importante, que tem um papel preponderante no fomento da economia nacional.

Vários questionamentos foram feitos, Presidente. Por exemplo, poderia aqui registrar a estratégia econômica do Governo, que tem se demonstrado fracassada. E aqui temos o relato de um empresário que diz que apostava no crescimento, acreditava no crescimento. Esse crescimento não aconteceu, e a economia foi ladeira abaixo.

O Banco, pelos relatos, pelos estudos que vimos acompanhando, foi utilizado para privilegiar grandes grupos econômicos; recebeu aporte de 500 bilhões de reais durante determinado período; emprestou recursos a juros baratos a alguns grupos econômicos, apostando nos chamados “campeões nacionais”; essa política serviu para quebrar outros grupos — ouvimos aqui o depoimento do Grupo Independência, que falou textualmente, afirmou claramente que o privilégio que o Grupo JBS recebeu serviu para dificultar a sua área de atuação, e isso causou danos, desemprego e, naturalmente, causou prejuízos à economia.

O Ministro Guido Mantega esteve aqui e disse que essa política foi importante porque, durante determinado tempo, o Brasil alcançou uma taxa de investimento de quase 20%, quando todo esse esforço que nos levou a uma situação de desequilíbrio fiscal, mediante as chamadas pedaladas fiscais, custou 500 bilhões para crescer 3% e, logo em seguida, alguns anos depois, esse crescimento se esvaiu.

Recentemente, Sr. Presidente, visitamos o Procurador de Contas da União, Sr. Marinus Marsico. Membros desta CPI apresentaram requerimento para convidar um órgão auxiliar desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos, e este Plenário rejeitou. Mas ele nos disse claramente que há necessidade de averiguar os empréstimos internacionais; que há, inclusive no Tribunal de Contas, uma opinião formada no sentido de se suspender esses contratos, porque, a princípio, estudos preliminares apontam prejuízo; que o BNDES representa cinco PETROBRAS em relação ao volume de recursos que está sendo cedido. E, naturalmente, isso requer de nós uma atenção muito especial.



Nós apresentamos aqui quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico de empresas como PEPPER e OPR, com indícios fortes, com relacionamentos com o partido do Governo, e eles simplesmente desconsideram a atuação desta CPI.

E hoje, Presidente, caros colegas, nós tomamos conhecimento pela imprensa de que o Tribunal de Contas da União faz uma análise preliminar, informando que os contratos feitos com o Grupo JBS teriam causado prejuízo de 614 milhões de reais ao BNDES.

Segundo o Tribunal de Contas, entre 2005 e 2014, foi emprestada a soma de 10 bilhões de reais a esse Grupo. De forma específica, o Tribunal de Contas analisou o período de 2007 a 2009 e constatou que esses aportes que envolveram a aquisição da empresa americana Swift Foods e outras foram dados de maneira privilegiada. Há indício de privilégios dados ao Grupo JBS. E que esses recursos, pelo que se constata até aqui, talvez, ou melhor, o indício que existe é que eles não foram aplicados devidamente para esses fins, causando esse prejuízo de 614 milhões.

Sr. Presidente, para concluir, nós estamos aqui na iminência de tomar uma decisão. A CPI se encerra dia 4 de dezembro, e os rumores que ouvimos são no sentido de que ela será prorrogada apenas por 15 dias. Eu questiono este Plenário: como o Relator e os Sub-Relatores, que se dedicam a produzir um material minimamente consistente, poderão produzir estudos, poderão ter as informações necessárias, já que muita coisa ainda há por vir, a exemplo das quebras de sigilo, a exemplo do testemunho do Sr. Bumlai, que está agendado para a próxima terça-feira; como se poderá produzir um relatório apenas com apenas mais 15 dias de prorrogação?

Portanto, Sr., Presidente, antes de concluir, eu quero fazer aqui um apelo às Lideranças, que neste instante sabem que há muitos indícios, que neste instante sabem que nós temos, hoje, que entrar num caminho sem volta de apuração do BNDES — e a Polícia Federal esteve na sede do BNDES, no Rio de Janeiro, para fazer busca e apreensão em relação aos contratos do Sr. Bumlai: que esta CPI seja prorrogada pelo menos por mais 60 dias, para que tenhamos o tempo necessário para aprofundar essas investigações.



Por isso, Sr. Presidente, em nome do PSDB — e, certamente, imagino, falo aqui também em nome da bancada de oposição —, fazemos esse apelo a V.Exa., que tem se dedicado com muito afinco na condução da CPI: que haja a extensão do prazo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Betinho Gomes.

Informo a V.Exas. o início da Ordem do Dia.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Nós vamos prosseguir, Sr. Presidente? São 5 ou 10 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. falará como coautor e terá 10 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Bom, em primeiro lugar, eu queria dizer que os dois executivos da Companhia UNIMINAS vêm falando aqui na preocupação em manter o grupo funcionando, em preservar a empresa, ainda que tenham que fazer cortes. O problema é que esses cortes estão concentrados num único ponto do nosso País, que é a unidade de Cubatão, com uma repercussão na economia local muito forte. Nós vamos ter problemas numa série de empresas que são fornecedoras e contratantes da USIMINAS, vamos ter problema na gestão pública da cidade de Cubatão e vamos ter problemas em toda a região, porque milhares de trabalhadores dependem da atividade da USIMINAS.

Então, parece-me que, do ponto de vista de responsabilidade social da empresa, não é fazendo instituto cultural ou de meio ambiente que se vai resolver o problema, Sr. Rômel. Não é esse o problema. O senhor começou a falar aqui das atividades ambientais e culturais da empresa, mas o que resolve o problema é a manutenção da unidade de Cubatão. E isso parece estar seriamente comprometido pela atitude da Diretoria e do Conselho de Administração da USIMINAS.

Em primeiro lugar, nós queremos colocar essa questão, que nos parece uma violência que vem sendo feita, e não uma preocupação de haver um ajuste na empresa que leve em conta a manutenção e o funcionamento daquela unidade.



E essa repercussão será histórica para a região. Não vejo aqui, muitas vezes, mobilização da parte do Governador do Estado de São Paulo no sentido de tomar atitude em relação a isso, Deputado Miguel Haddad. Eu acho que seria oportuno buscar a manifestação do Governador, porque São Paulo depende muito do seu litoral, e nós não podemos ter essa unidade fechada.

Bom, gostaria também aqui de fazer algumas perguntas.

O Sr. Rômel disse que vai parar temporariamente essa produção do metal líquido. Eu gostaria de saber, em primeiro lugar, sobre essa parada temporária. Quer dizer, vocês vão desligando paulatinamente e param. É possível recuperar lá na frente, voltar a produzir depois, ou não? O plano é deixar a unidade fechada com a expectativa de voltar a funcionar ou fechá-la definitivamente?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sr. Deputado, a nossa intenção é voltar a operar. Por isso que nós estamos gastando um tempo maior para fazer a parada do equipamento, para que possa ser feita a parada da forma técnica mais correta possível. O que nós não sabemos é quando retornamos, porque nós vamos depender, então, da recuperação do mercado. A intenção nossa — e estamos parando — é voltar a operar.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Quer dizer, então, que é tecnicamente possível voltar a operar?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Eu queria também dizer que temos aqui a informação que de 2000 a 2015 o BNDES fez um financiamento, especificamente na unidade de Cubatão, de 1 bilhão e 900 milhões, ou algo em torno disso — há uma divergência aqui —, sendo que um dos últimos financiamentos foi exatamente para a implantação do novo laminador de tiras a quente, em Cubatão, 811 milhões — pelo menos é o que o BNDES repassou. O senhor falou em 870; deve haver aí alguma diferença.

Os contratos do BNDES, pelo que nós temos de informação, preveem que, com a redução do quadro de pessoal, durante o período de vigência do contrato, a beneficiária é obrigada a oferecer programa de treinamento voltado para oportunidade de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas. A UNIMINAS tem feito isso?



O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sr. Deputado, o que está no contrato com o BNDES é: se, em função do investimento realizado, houver uma redução do quadro — em função do investimento realizado —, a empresa, antes de fazer a demissão, tem que treinar o pessoal. Somente quando a demissão é em função do investimento, porque uma das razões do investimento do BNDES é para ganho, aumento de produtividade. Então, o aumento de produtividade pode ser aumentando o volume ou reduzindo o número de pessoas. Então, nesse caso, quando houver redução do quadro em função do investimento, aí você tem essa obrigação. Somente nesse caso.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Quer dizer que o senhor considera que não há nenhuma obrigação de se preocupar com os trabalhadores da empresa?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Não, não. Longe disso. Eu não quis falar isso, não. O que eu quis falar foi o seguinte: o que está previsto no contrato com o BNDES — se não me falha a memória, deve ser a Cláusula 13 — é o seguinte: “*em função do investimento...*” Ele vai mandar lá na frente do contrato. E fala assim: “*quais são as razões do financiamento*”. Se, em função do investimento feito, houver uma redução de quadro, aí você tem essa obrigatoriedade. Mas, longe disso, nós não queremos nos isentar de nenhuma responsabilidade.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Também diz o contrato que é necessário documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com as competentes representações dos trabalhadores envolvidos em processo de demissão. Nesse processo de demissão a que os senhores já deram início — e já informaram os trabalhadores que serão demitidos — existe alguma negociação com o sindicato?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Nós já estamos conversando e estamos preparando as medidas para redução do impacto social. Assim que nós as tivermos, nós conversaremos com o sindicato.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Ou seja, não existe nenhuma negociação com o sindicato neste momento?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Não, ainda não.



O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Simplesmente vocês comunicaram que vai haver demissão?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Porque nós estamos preparando esse pacote. Exatamente por isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, o senhor não considera que é um pouco de crueldade deixar os trabalhadores sem nenhuma perspectiva — estou falando dos trabalhadores diretos — do que vai acontecer no dia seguinte à demissão e anunciar a demissão? Quer dizer, não existe sequer uma preparação em relação a isso?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Não, na realidade, nós estamos nos preparando exatamente para evitar esse problema do dia seguinte. O que nós estamos fazendo, e estamos tentando fazer da forma mais organizada possível, é agir da maneira mais responsável, para que a gente possa realmente propor aquilo que está ao alcance da empresa. A gente não pode prometer alguma coisa e depois não cumprir. Então, nós preferimos ser um pouco mais lentos, mais criteriosos, para propor aquilo que é justo e aquilo que a gente consegue honrar.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, a USIMINAS vem investindo em melhorias no porto da sua unidade de Cubatão. Esse investimento no porto é custeado por quem?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sr. Deputado, o investimento que tem sido feito hoje no porto de Cubatão é a dragagem do canal. E nós somos obrigado a fazê-lo, até por exigência da Capitania dos Portos. É o que nós estamos fazendo. Parte desse investimento foi dinheiro do BNDES.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Parte desse investimento foi feito com dinheiro do BNDES.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Investimento do BNDES. Primeira fase.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Esse porto... Desde a privatização da empresa, no Governo Collor, em 1991, já se falava naquela época que o porto tinha um valor muito elevado; um valor, talvez, até maior do que a própria usina, pela sua rentabilidade, pela sua modernidade. Enfim, um porto com uma capacidade bastante grande, que, agora, tudo indica que com essa dragagem deve aumentar



ainda mais a sua capacidade. A intenção da USIMINAS é utilizar esse porto de que forma?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Na realidade, Sr. Deputado, nós estamos fazendo a dragagem por exigência. Para nós, a dragagem está sendo feita, e o nosso objetivo é o manuseio de produtos siderúrgicos. O que está acontecendo é que tem um vizinho ao nosso lado, que é a Vale do Rio Doce, que está fazendo investimento em ampliação do porto. Lá ao lado; não é o nosso.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - E esse manuseio que o senhor fala de produtos siderúrgicos exige um retroporto? Qual espaço é exigido?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Não. Na realidade, é a operação que a gente faz hoje. Hoje, para fazer o que nós estamos fazendo hoje, que é o recebimento de matérias-primas, minério, carvão — e no caso, agora, vai ser recebimento de placas e o despacho de produtos para exportação ou algum outro de cabotagem —, não há necessidade de nenhuma área adicional à que nós já temos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Existe expectativa da parte da USIMINAS de futuramente utilizar a área da usina para utilização de portos de cargas, de manipulação de cargas não necessariamente siderúrgicas, haja vista que hoje a lei portuária no Brasil permite que um terminal privado possa operar com qualquer tipo de carga? Nós gostaríamos de saber se existe perspectiva, expectativa de esse porto operar com outras cargas que não sejam exclusivamente siderúrgicas.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Então, vamos lá. O senhor perguntou se nós iríamos usar as áreas que nós temos hoje da usina para funcionar como retro área. Não, nós não temos essa expectativa. Por que não temos? Porque a nossa intenção — e esperamos que nós voltemos a operar as áreas primárias de (*ininteligível*). Então, nós não vamos contar com essas áreas. Nós não vamos disponibilizar essas áreas para esse fim. Nosso objetivo é voltar a operar.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Mas não existe expectativa de usar esse porto para outro tipo de carga?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Hoje, não.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Mas pode ser que use.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Se tiver alguma coisa atrativa. Mas não é pensamento nosso hoje. Não está dentro do nosso plano de negócio.



O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Eu queria saber do Sr. Marcelo... O senhor disse que é o representante dos minoritários no Conselho. É isso mesmo? Eu entendi corretamente?

O SR. MARCELO GASPARINO DA SILVA - Deputado Carlos Zarattini, eu sou eleito pelos minoritários.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Eleito pelos minoritários. E o senhor foi escolhido presidente, através da empresa, com apoio de um arranjo — pelo que eu entendi — acionário, onde a empresa Ternium também teria apoiado a sua eleição?

O SR. MARCELO GASPARINO DA SILVA - Muito pelo contrário; ela votou contra mim e declarou na assembleia que eu não tinha capacidade de ser Presidente do Conselho.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Ao contrário, o senhor teve o apoio, então...

O SR. MARCELO GASPARINO DA SILVA - De minoritários. A Ternium é controladora.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Então, quem são os minoritários?

O SR. MARCELO GASPARINO DA SILVA - Um universo de mais de milhares e milhares de acionistas.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Mas que detêm quantos por cento das ações?

O SR. MARCELO GASPARINO DA SILVA - Sessenta por cento. Sessenta por cento do capital da companhia é diluído.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sessenta por cento? E o Grupo Nippon apoiou a sua...?

O SR. MARCELO GASPARINO DA SILVA - Também não; votou contra.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Também votou contra?

O SR. MARCELO GASPARINO DA SILVA - Mas não teceu nenhum comentário desabonador.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Desabonador. Agora, o senhor considera... Quer dizer, essa dispersão desses 60% de pequenos minoritários...



Como é que se elabora uma estratégia da empresa com essa diversificação e proliferação de interesses?

O SR. MARCELO GASPARINO DA SILVA - Veja bem, Deputado. Desses 60%, 50% do capital da companhia é emitido em ações preferenciais; não têm direito a voto.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Não têm direito a voto.

O SR. MARCELO GASPARINO DA SILVA - Esses acionistas, eles investem nas companhias do mundo inteiro, principalmente no Brasil, que tem essa classe de ação, com o objetivo de receber dividendos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Certo. Aqui, nós temos um mapeamento do grupo Ternium, que detém a USIMINAS aqui no Brasil, tem unidades na Argentina e no México. Quanto à redução da produção no Brasil... Parece-me que o Sr. Rômel falou em reduzir nas unidades de Ipatinga e de Cubatão. Não foi isso que o senhor falou?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - É o que eu citei.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - O metal líquido.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Na unidade de Cubatão. Na área primária de Cubatão.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Só Cubatão? Essa redução de Cubatão não favoreceria a produção desse grupo Ternium em outros países além do Brasil, como México e Argentina?

O SR. MARCELO GASPARINHO DA SILVA - Desconheço esta informação.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Certo. Por fim, eu gostaria de perguntar ao Sr. Rômel. Há possibilidade de haver alguma medida protecionista por parte do Governo? Ela mudaria esse panorama no Brasil? Em que o senhor acredita?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Mesmo uma medida protecionista vai minimizar, mas não resolver, porque a queda do mercado é muito grande. Em todos os investimentos que nós fazemos, é sempre levado em consideração o mercado interno. Então, se o mercado interno se contrai com essa magnitude, é muito difícil conseguir, através de uma medida protecionista ou através de importação, segurar. O grande problema hoje é um mercado muito pequeno.



O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Ou seja, a unidade de Cubatão, ainda que houvesse a medida protecionista, não voltaria a...

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Não seria suficiente. Minimiza. Na realidade, como poderia resolver ou melhorar? Nós temos que sair da pressão do metal líquido. A medida protecionista melhoraria muito, porque nós poderíamos aumentar o volume de produção no nosso laminador a quente de Cubatão. Está certo? Então, vai barrar a entrada do importado. Conseqüentemente, nós vamos poder mandar mais material para o mercado interno, que seria através desse laminador de tiras a quente nº 2 de Cubatão.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - E não da outra unidade, a de coque?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Não. Não. Na realidade, são duas unidades produtoras. Uma é em Ipatinga, com capacidade reduzida, e a outra, em Cubatão. A razão de nós estarmos parando é porque em Ipatinga a cadeia produtiva é mais longa, ou seja, nós temos diversos produtos que não são produzidos em Cubatão. Então, não tem como transferir para Cubatão. Por isso a opção de parar Cubatão. E ela está mais voltada para o mercado de *commodities*, de exportação.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Para concluir, Sr. Presidente. Eu gostaria de saber... Está havendo uma pressão, e isso é fato, de vários setores da indústria, particularmente a ANFAVEA, contrária a esta medida protecionista. Ou seja, eles preferem comprar produtos chineses a comprar os produtos feitos no Brasil. Parece-me que a decorrência da medida protecionista seria aumentar o volume de produção dentro do Brasil, porque nós diminuiríamos a entrada de produtos chineses. Então, isso eu quero reiterar. Mesmo assim, não voltaria a funcionar?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Não. Melhora, mas não vai ter volume suficiente para isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Está bom. Fala, Relator!

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Eu queria pegar uma carona aí na sua pergunta. Quero perguntar aqui ao Presidente Erwin. Como V.Exa. compara a crise atual com a crise de 2009? Em 2009, a empresa, pelo que consta, dispensou vários trabalhadores — parece-me que foram 700 — e reduziu a sua operação em 50%. O



senhor considera a crise de agora igual ou pior que a de 2009? Essa redução vai estar em que percentual em relação a 2009?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sr. Deputado, na nossa avaliação, esta crise é muito mais grave do que foi a de 2008. Tivemos, sim, uma queda brusca em 2008, mas foi por um período muito curto. O que nós estamos vendo agora é uma queda muito maior no mercado interno — muito maior —, um mercado externo muito mais competitivo, principalmente por pressão de China — está certo — e um período longo. Então, essa é a dificuldade. Em 2008, 2009, foi o ano de 2009... Depois de 2010, começou a subir. O que nós estamos vendo hoje, Sr. Deputado? Se nós pegarmos o ano de 2015 e compararmos com o de 2014, o que nós estamos vendo? Olha, nós estamos falando que o PIB está encolhendo um pouquinho mais do que 3%. Nós já estamos, também, vendo pelos boletins especializados que, para o ano de 2016, o PIB, infelizmente, novamente, vai encolher. E já tem gente falando em 3%. Ou seja, a crise é muito maior do que foi porque está sendo muito longa e, quanto mais longa ela está sendo, mais as empresas, o setor industrial está sofrendo. Então, é muito pior.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - A redução vai ser de quantos por cento?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Qual redução? *(Pausa.)* Não, hoje o que nós estamos anunciando é isso aí. Nós vamos trabalhar. Quer dizer, hoje nós estamos falando em 50%, praticamente, de volume de aço líquido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Carlos Zarattini, indago se V.Exa. está satisfeito. *(Pausa.)*

Agradeço a V.Exa.

Sobre a mesa, há requerimento do Líder do Democratas, Deputado Mendonça Filho, designando o Deputado Carlos Melles para utilizar o tempo destinado ao Democratas.

Concedo a palavra a S.Exa., pelo tempo de 4 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Obrigado, Sr. Presidente Marcos Rotta. Saúdo o Relator, querido José Rocha, colegas Deputados, Sr. Erwin, Sr. Marcelo, visitantes.

Eu vou fazer uma coisa um pouco provocativa, Dr. Rômél. Acho que o senhor está perdendo uma grande oportunidade de ajudar o setor siderúrgico do Brasil aqui,



nesta CPI e aqui na Casa que pode ajudar a resolver esse assunto. Eu acho que essa é a primeira grande oportunidade — e aí eu vou fazê-lo para que possamos aproveitá-la de novo — de falar melhor da USIMINAS. Quem vive lá há 40 anos conhece-a, como nós mineiros conhecemos, com orgulho de Minas e do Brasil. Mas não é orgulho porque ela é mineira.

Primeiro, é preciso que se separe a mineradora da siderúrgica. O que a siderúrgica e a mineradora fizeram em termos de tecnologia de ponta, de serem competitivas com o mundo — não tem que ser competitiva aqui, no Brasil; tem que ser com o mundo —, acho que precisa ser mais bem falado e aproveitado, explorado aqui dentro, neste ambiente, até para saber por que as coisas acontecem e estão acontecendo. Esse é um primeiro ponto.

As notícias são assim: Anúncio de paralisação de USIMINAS surpreende os funcionários; USIMINAS interrompe atividade de Cubatão e deve demitir 4 mil; Setor siderúrgico vive um novo apagão.

O colega Carlos Zarattini perguntou quem manda na USIMINAS. Nós, hoje, não sabemos quem manda. Essa talvez seja a governança mais desastrosa que a USIMINAS esteja tendo na sua vida.

Sr. Marcelo, queremos saber melhor dessa governança. Aqui, para o Líder da Minoria, é complicado. A NIPPON tem 19%; a Caixa dos Empregados da USIMINAS, 13%; a Camargo Corrêa, 7,6%; a Votorantim, 7,6%; BRADESCO, 2,6%; SUDAMERIS, 1,9%; a Vale do Rio Doce, 23%; e a Caixa do Banco do Brasil — PREVI, 14%. Isso é o que consta aqui.

Nós estamos dizendo isso porque existe uma CPI dos Fundos de Pensão ali na frente, houve a da PETROBRAS, mas é importante dizer o seguinte: a USIMINAS teve um prejuízo de 1,4 bilhão neste terceiro trimestre, e a Gerdau teve uma perda de 1,9 bilhão.

Seria preciso que nós tivéssemos um pouco mais de conhecimento para podermos ajudar no seguinte. O colega Carlos Zarattini (*ininteligível*) que nós estamos donos desse requerimento.

O problema é um pouco mais sério, não é? A China produz 740 milhões de toneladas; o Brasil, 40. Lá não há lei trabalhista, lá não há lei ambiental. E nós vivemos isso na agricultura e em todos os ambientes. E aqui há a maior tributação



do mundo, há a lei trabalhista mais ferrenha do mundo e onde há a ambiental mais séria do mundo. Quer dizer, é preciso que se coloque isso na mesa para saber de competitividade.

Acho que a sobretaxa, as barreiras, já deveriam ter sido impostas há muito mais tempo. Não é uma medida que resolve, mas ajuda. Insisto: o problema é que o Brasil deixou de crescer. Além desse problema da competição e da competitividade de países que fazem *dumping*, existe o problema brasileiro.

Eu vou brincar com o Deputado Carlos Zarattini, que eu respeito e de quem gosto. Antes do Governador Geraldo Alckmin — eu não tenho procuração para entrar —, o Fernando Pimentel também, nosso Governador de Minas Gerais, tem que olhar isso. Nós precisamos olhar isso seriamente.

E vou dizer aos senhores uma coisa mais complicada ainda. Quando o Dr. Jorge Gerdau, que é um homem que é muito mais do que um empresário — ele tem influência no Governo e, sobretudo, no Governo do PT; ele foi o *ombudsman* do PT — não consegue resolver uma situação dessa, e o setor siderúrgico como um todo, que valia 100 e está valendo 10% do valor nominal — ArcelorMittal, todas, todas, sem exceção, a dos Steinbruch todos, todos...

Então, o problema aqui, Sr. Rômelo e querido Marcelo, é não conseguirmos aproveitar este momento para colocar a gravidade da situação. Nada pior do que perder emprego. E, se eles soubessem a cultura da USIMINAS de emprego — eu sei que é elementar, todos falaram, e o Deputado Carlos Zarattini colocou bem. Não adianta falar em ambiental, em social, quando se está perdendo emprego. Eu não quero social e ambiental, eu quero o meu emprego. Mas a USIMINAS teve isso ao longo da sua vida. Eu, até certa idade, via que 92% dos funcionários da USIMINAS tiveram, na USIMINAS, seu primeiro e último emprego. Então, é preciso que se explore isso melhor. É preciso que nos ajudem aqui para darmos a clareza.

Eu sabia que, com relação à utilização do BNDES, critério e qualidade de gestão, seriedade, aqui seria intocável, até porque a USIMINAS já sofreu muito, e ela tem uma gestão muito transparente, muito competente; sempre teve. Agora, o ambiente conjuntural e o estrutural vão fazer o Brasil, obviamente, voltar atrás de uma maneira drástica e perder uma das suas empresas que têm o melhor grau e nível de tecnologia do País.



Eu quero ouvir os senhores um pouco sobre esta pergunta do Deputado Carlos Zarattini: “*Como é que está a governança? Quem manda?*” Porque parece que isso tem negativado muito as saídas dos programas da USIMINAS também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. quer ouvir quem primeiro? (*Pausa.*)

O Deputado Carlos Zarattini parece que quer complementar.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Eu só queria falar uma coisinha, porque eu vou ter que sair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Eu acho o seguinte. Eu queria propor, Sr. Presidente, que esta CPI também se manifestasse em relação ao setor siderúrgico, porque me parece fundamental isso. Nós estamos falando de indústria de base, certo? Indústria de base é uma coisa que, se o País tem pouco, tem que manter. Então, eu acho que nós deveríamos nos manifestar, Sr. Presidente, em relação a esta questão das medidas protecionistas para a indústria siderúrgica nacional, com a maior urgência possível.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço e comungo do posicionamento de V.Exa.

Para responder a indagação do Ministro Carlos Melles, concedo a palavra inicialmente ao Sr. Rômel, pedindo brevidade na resposta, por gentileza.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Bom, então, só respondendo, ou comentando aquilo que o Deputado Carlos Melles mencionou, a USIMINAS tem uma tradição de qualidade, de desenvolvimento de produto, ou seja, de estar à frente da siderurgia nacional. E hoje nós oferecemos no mercado brasileiro os aços que são usados no mundo para todas as aplicações — a USIMINAS tem todas. Então, nós nos preparamos para isso. Nós sempre acreditamos que temos que melhorar. Temos um centro de pesquisas que tem por objetivo não criar novos processos, mas dominar as tecnologias que nós temos, para que possamos explorá-las ao máximo e nos diferenciar dos nossos concorrentes. Na relação de pessoal, com relação ao pessoal, é uma tradição da USIMINAS o empregado ter na USIMINAS o seu



primeiro e único emprego. Então, a USIMINAS sempre foi um projeto de vida: você entra e sai quando se aposenta. Conseguimos fazer isso durante 40, 50 anos, e agora, infelizmente, em função das condições do mercado, não conseguimos mais segurar tudo. Mas nós ainda continuamos acreditando que vamos voltar a crescer e que vamos ter estabilidade. Essa é a crença que nós temos, por isso a parada é temporária. Mas a tradição da casa sempre foi o emprego, a manutenção do emprego. E mais: sempre tivemos como política o empregado poder indicar alguém para trabalhar, principalmente parentes. Essa era uma forma que a USIMINAS tinha de fazer com que a empresa fosse um grande time, uma grande família. Infelizmente, em função desses acidentes da economia, a gente não consegue levar em cem por cento aquilo que a gente praticou durante 50 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

Passo a palavra ao Sr. Marcelo Gasparino.

O SR. MARCELO GASPARINO DA SILVA - Sr. Deputado Carlos Melles, obrigado pela pergunta. De fato, a USIMINAS vive uma crise de governança sem precedentes. É simplesmente olhar a minha situação: eu sou eleito por minoritários e sou Presidente do Conselho. Não conheço nenhuma empresa nesta situação. Ela é uma empresa brilhante, uma companhia brilhante, uma companhia que tem uma história magnífica. Acho que o Sr. Rinaldo Soares deixou um legado para aquela companhia, e eu, não sendo mineiro, gostaria muito de ver a companhia recuperar esse legado. Mas não é só em Minas obviamente; ela tem uma operação tão relevante quanto uma operação de Ipatinga e Cubatão. Acho que a Câmara poderia analisar com mais carinho a legislação que prevê a possibilidade de representação de minoria nas companhias abertas brasileiras. É muito difícil você eleger um representante. Eu fui eleito suplente, e, pela primeira vez na história, a USIMINAS teve um representante preferencialista no Conselho de Administração — isso aconteceu em 2012, e a companhia tinha 50 anos. É muito difícil hoje você conseguir fazer um representante minoritário, que de fato é quem pode botar o dedo na ferida. Eu tenho divergências sobre a gestão da companhia, basta verificar os votos que foram proferidos na aprovação dos balanços de 2012, 2013 e 2014. Então, eu tenho trabalhado insistentemente na melhoria da governança corporativa da companhia. Essa mensagem ainda não foi absorvida da maneira que eu entendo



adequada pelo grupo de controle, e entendo que ela passe a ser mais bem considerada daqui para frente, em que pese que eu verifique a preocupação dos representantes do povo na Câmara. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Sr. Marcelo.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Sub-Relator Deputado André Fufuca, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente, Sr. Relator José Rocha, Sras. e Srs. Deputados, nos meus questionamentos irei me dirigir ao Diretor-Presidente da USIMINAS, Sr. Rômél Erwin de Souza.

Desde já, pergunto a V.Sa. se posso chamá-lo de Rômél.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Por favor!

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente Rômél, é de conhecimento público que os acionistas controladores da USIMINAS Ternium e Tenaris e a Nippon Steel vêm se digladiando há mais de 1 ano. V.Sa. representa qual das duas facções?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Eu não represento nenhuma facção, eu sou empregado de carreira.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - No terceiro trimestre de 2015, V.Sa. entregou aos acionistas um resultado de certa forma muito ruim: um EBITDA negativo de R\$ 65 milhões e um prejuízo acumulado em 2015 de mais de R\$ 2 bilhões, tendo então anunciado o fechamento de unidades industriais em Cubatão, com desemprego de milhares de pais de família, impactando a vida de milhares de famílias naquela região. Por que V.Sa., que é Diretor-Presidente dessa empresa, deixou chegar a tal situação? E a Nippon Steel não os deixou trabalhar?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Caro Deputado, na realidade, não fui eu que deixei chegar, infelizmente o mercado chegou a essa posição. Na realidade, o que nós viemos fazendo, durante o ano de 2015, foi buscar ajustar a USIMINAS ao mercado. Infelizmente, as providências nós tomamos, ou melhor, o mercado caiu de forma muito mais rápida do que a nossa capacidade em nos adequar a ele. Nem eu, nem ninguém da Diretoria-Executiva podemos atribuir aos membros do Conselho a responsabilidade por esses resultados. Em momento algum, nós fomos dificultados na nossa tarefa.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - A Nippon Steel, ao longo de mais de 50 anos, jamais caminhou pela gestão da USIMINAS, concentrando sua ação na venda de tecnologia, equipamentos, assistência técnica, entre outros, para a própria USIMINAS, da qual é acionista. Por que agora, após quase 3 anos de uma gestão exitosa, sob a liderança de um presidente indicado pelo grupo italiano Techint, como demonstram dezenas de relatórios de analistas de investimentos de diversos bancos publicados entre 2012 e 2014, a Nippon Steel decidiu participar da gestão da USIMINAS?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Bom, eu não tenho como responder pela Nippon, mas o que eu quero salientar é o seguinte: a USIMINAS é uma empresa que foi criada em 1956 e foi consolidada somente nos idos de 1958, com um acordo chamado Lanari-Horikoshi — Lanari é o nome do primeiro Presidente da USIMINAS, e Horikoshi foi o japonês que o assinou. A USIMINAS só saiu do papel e virou uma empresa depois que o japonês resolveu investir. Existe um significado especial da USIMINAS para o povo japonês pelo seguinte: a USIMINAS é o primeiro grande investimento japonês fora do Japão após a Segunda Guerra Mundial. Então, quando o Japão saiu para mostrar ao mundo que ele tinha conhecimento e tecnologia, ele o fez no seu primeiro investimento na USIMINAS.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - V.Sa., há pouco, relatou que as alterações de mercado acabaram por levar a empresa a ter uma grande prejuízo. Porém, em um levantamento feito pela minha assessoria, no mesmo período, a Ternium, do grupo italiano Techint, que inclusive é o maior acionista da USIMINAS, apresentou resultados que a colocaram como uma das siderúrgicas mais lucrativas do mundo. Eu lhe pergunto: a que se deve isso?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - A razão é muito simples: esse resultado é do México. Ou seja, ele se beneficia do crescimento da siderurgia americana. Infelizmente, nós não podemos participar disso, porque já colocaram contra nós uma ação *antidumping*. Então, o resultado do Grupo Techint é das operações no México.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - É sabido também que o setor siderúrgico em âmbito mundial passa por grandes dificuldades, entretanto nenhuma siderúrgica tem apresentado os resultados catastróficos da USIMINAS ou mesmo adotado as decisões de fechamento de unidades industriais como as que foram



tomadas em relação a Cubatão. Se de fato precisam ser tomadas, por que só agora, depois de todo esse prejuízo, foram tomadas?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sr. Deputado, na realidade, a paralisação de unidades de produção está ocorrendo no mundo inteiro. Só para que possamos ter uma referência, se pegamos essas publicações técnicas que falem sobre a China, nós vamos ver o seguinte: a China já está cortando produção, e mais, está cortando salário — fala-se em corte de salário de 25%. Então, estão sendo paralisadas usinas nos Estados Unidos; estão sendo paralisadas mais algumas unidades aqui na América do Sul; estão sendo paralisadas unidades na Europa. Então, a paralisação está sendo generalizada, não é só um benefício da USIMINAS, não. O que pode ser é que muitas das vezes não venham com tanta tônica essas notícias, mas, para quem trabalha com essas informações técnicas, isso é bem colocado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Na sub-relatoria para a qual eu fui designado pelo Presidente, nós estamos à frente das questões dos Estados; das dívidas dos Estados; dos impactos financeiros, ambientais e sociais nos Estados e cidades brasileiras. A pergunta que irei lhe fazer tem a ver com isso.

É de conhecimento público que a USIMINAS possui um incentivo fiscal concedido pelo Estado de Minas Gerais, aumentando a competitividade da companhia, que economiza milhões em seus cofres mensalmente. Também é de conhecimento que a USIMINAS possui uma dívida milionária com o Município de Ipatinga, que está em uma situação financeira muito frágil, como grande parte dos Municípios do nosso País. A USIMINAS também compra minério de ferro de fornecedores do Estado, de grandes devedores do Estado de Minas Gerais.

Eu lhe faço esta pergunta: a marca da gestão da USIMINAS é dever aos cofres públicos de quem mais precisa e privilegiar os grandes devedores do Estado de Minas Gerais?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Não, não é essa a nossa marca.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - A USIMINAS foi concebida para receber matérias-primas via ferroviária em sua unidade Ipatinga — volto a dizer que a cidade de Ipatinga é uma cidade importante para o Estado de Minas Gerais. Como é de conhecimento, a USIMINAS vem comprando minério de ferro de fornecedores



que fazem entrega rodoviária, colocando diariamente milhares de carretas nas rodovias da região, inclusive naquela que já é conhecida nacionalmente com a nomenclatura de Rodovia da Morte, impactando o tráfego, a segurança da população e ainda destruindo a malha rodoviária da cidade, mostrando descaso e desrespeito com a população.

O senhor não se preocupa com as externalidades da atividade da empresa, especialmente no que se refere à segurança e à vida de milhares de pessoas que passam por isso? Não estou falando de sua pessoa, mas perguntando se a empresa não se preocupa com isso.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - A empresa se preocupa, sim. Segurança é valor da USIMINAS.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Quais são as ações, então, para reparar esses danos que a USIMINAS comete nesses Municípios? Estou falando dos danos na malha viária, inclusive na própria rodovia, cuja nomenclatura, acabei de falar, é reconhecida nacionalmente.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Na realidade, Sr. Deputado, nós temos de ver o seguinte: a USIMINAS compra, sim, minério de pequenas mineradoras perto de Ipatinga, e é um volume extremamente pequeno quando comparado com os outros volumes. Na realidade, o nosso grande fornecedor de minério é a nossa própria mineração, e parte para o Vale do Rio Doce e alguns outros. Então existe transporte de minério rodoviário? Existe, sim. Agora, o que temos que lembrar também, Sr. Deputado, é que para a BR-381 existe um projeto de ampliação da rodovia. Começaram as obras, e infelizmente estão paradas de novo. Às vezes, isso dificulta o nosso planejamento, porque acreditamos que vai ter uma infraestrutura, que vamos poder utilizá-la e decidimos assim. Infelizmente, as coisas não acontecem e, quando não acontecem conforme nós planejamos, infelizmente viram problema.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Foi divulgado um ato dos Prefeitos de algumas cidades de Minas Gerais. Inclusive eu tive acesso a ele, que foi repassado e se encontra em minhas mãos. Se V.Sa. se interessar ou alguém da CPI, eu posso *a posteriori* repassá-lo para que tenham conhecimento. São os Municípios de Itaúna, Igarapé, Itatiaiuçu e Mateus Leme. Nesse ato houve a denúncia de que os rejeitos



de minério produzidos na região, inclusive na mineração USIMINAS, estão afetando todas as nascentes e cursos que levam água aos citados Municípios, abastecendo também a represa do Sistema Serra Azul, em que todos os córregos foram assoreados, prejudicando diretamente toda a população que depende dessa água para agricultura, horticultura e pecuária. Esse manancial inclusive é o principal afluente do Sistema Serra Azul, responsável pelo abastecimento de parte considerável da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O que o grupo USIMINAS tem a dizer sobre esse ato dos Prefeitos e qual o impacto que essa denúncia feita pelas Prefeituras dessa região tem sobre a sociedade, que depende dessa represa, e principalmente sobre todos os que dependem desse sistema?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sr. Deputado, eu desconheço esse manifesto desses Prefeitos. Eu não sei nem quando foi feito.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - O manifesto é do dia 29 de outubro.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Deste ano?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Deste ano.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Então, infelizmente ainda não chegou ao meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Irei tirar uma cópia e lhe entregarei.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Por favor, por favor. Na realidade, tivemos algum problema algum tempo atrás de contaminação de água, de alguns cursos d'água, mas todas as ações foram tomadas e devidamente corrigido o problema. Se tem essa manifestação, eu infelizmente ainda não a conheço.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente, agradeço ao Sr. Rômél pelas respostas, por não ter se furtado de responder a nenhum dos questionamentos que fiz. Considero-me satisfeito pelas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Sub-Relator Deputado André Fufuca.

Passo a palavra agora ao próximo orador inscrito, o 1º Vice-Presidente Deputado Miguel Haddad, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Erwin de Souza, Sr. Marcelo Gasparino da Silva, primeiro, eu lamento a ausência do



Deputado Carlos Zarattini. Eu queria inicialmente fazer algumas considerações sobre a economia no País. Eu compreendo claramente que o desaquecimento da economia, a inflação, todos esses reflexos, na verdade, fazem com que não só a USIMINAS, mas também uma boa parte das empresas no Brasil tenham seriíssimas dificuldades, independentemente do mercado internacional.

Esta onda de desemprego é consequência da política econômica do Governo Federal, é responsabilidade exclusiva do Governo Federal. Naturalmente, cabe aos Estados dar a sua contribuição. No que diz respeito ao Governo do Estado de São Paulo, o Governador Geraldo Alckmin naturalmente tem interesse no desenvolvimento do Estado, na ampliação das empresas, na instalação de novas empresas no Estado de São Paulo.

Quanto à minha primeira indagação, eu queria perguntar ao Sr. Erwin Souza qual medida, por parte do Governo do Estado de São Paulo, ou por parte do Governo de Minas, ou por parte do Governo Federal, poderia atenuar um pouco este quadro da USIMINAS nos dias de hoje?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Bom, Sr. Deputado Miguel, na realidade, o que pode ser feito como medida de atenuar, vamos partir do seguinte princípio: como nós não temos capacidade ou poder, digamos, para fazer com que o mercado interno cresça, então nós vamos ter que ter alternativa para continuarmos produzindo. Então, a alternativa seria exportar, não é isso? Então, como medidas para exportação, nós deveríamos ter um incentivo, de tal forma que não exportássemos imposto, porque, no fundo, no fundo, nós já comentamos aqui, a grande dificuldade hoje, a grande competição no mercado internacional está destruindo uma série de valores. Então, nós temos que ter um incentivo para a exportação. Aí melhoraria, atenuaria a nossa situação. E a outra seria construir barreiras para evitar a entrada de aço que venha a concorrer conosco aqui de forma desleal. Nós não somos contra a concorrência; o que nós queremos é que ela seja feita na mesma base. Então, no caso, a barreira seria para colocar o importado em igual condição, em competição conosco.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Quer dizer que vocês mantiveram contato com o Governo Federal, com os Ministérios responsáveis em relação à



situação da USIMINAS e às medidas que poderiam contemplar, melhorar um pouco esse quadro de demissões?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sr. Deputado, nós estamos conversando aqui com os Ministros desde o início deste ano de 2015. Então, digamos assim, esta crise no setor industrial, pelo menos por nós, foi anunciada. Tivemos inúmeras reuniões com os Ministros, mostrando a necessidade de se criar mecanismos de proteção e de incentivo à exportação, porque víamos isso. E continua caindo. Nós continuamos ainda conversando com o Governo Federal no sentido de obter medidas, no sentido de proteger o parque industrial.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - O Governo Federal tomou alguma medida? Houve alguma ação efetiva?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Não. Bom, tem uma série de trabalhos sendo feitos no sentido de viabilizar algumas medidas. Estão em andamento.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Há quanto tempo existe esse diálogo entre a USIMINAS e o Governo Federal?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Eu não vou falar nem USIMINAS, Sr. Deputado, eu falo Instituto Aço Brasil. Desde o início de 2015, nós estamos conversando. Eu estou falando de 2015, porque foi a partir de quando eu passei a ter uma participação mais ativa. Mas foi, no mínimo, no início de 2015.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Quer dizer que há 1 ano existe um diálogo, e medida efetiva, nenhuma?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Ainda não. Tem muita coisa sendo trabalhada, mas ainda não, não tem nada ainda de concreto.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - E se tivesse havido alguma medida, o senhor acredita que este desemprego, esta onda de demissões poderia ter sido atenuada, teríamos uma incidência menor disso?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Olhe, poderia ter melhorado, mas a gente não sabe qual medida seria tomada.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Não, as medidas os senhores sabem. Falo das propostas em relação a incentivo à exportação.



O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Não. Infelizmente, nós chegamos a um nível, Sr. Deputado, que, mesmo com essas notícias, com essas medidas, a gente vai melhorar um pouco, mas não resolver o problema.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Não resolveria, mas atenuaria?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Atenuaria.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - A quem compete, de quem é a responsabilidade em relação às doações em campanhas políticas?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Isso aí é feito de forma colegiada pela Diretoria e conhecimento do Conselho.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - O senhor integra a Diretoria e o Conselho?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sim, integro.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Então, o senhor conhece, o senhor sabe quem recebeu doação. O senhor pode não se lembrar, mas o senhor integrou isso.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sim, inclusive nós afirmamos aqui que a USIMINAS participou e doou. Eu só não sei aqui de cabeça os valores e os nomes no momento, mas pode encaminhar isso, se assim for necessário.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Então, este é um pedido: nós gostaríamos que o senhor nos encaminhasse quem foram os partidos, quem foram os políticos e quais foram os valores.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - O.k. Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Para nós isso seria extremamente importante.

Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Sr. Deputado Miguel Haddad.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Bilac Pinto, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta; Sr. Relator, Deputado José Rocha; Vice-Presidente, Deputado Miguel Haddad, eu



quero cumprimentar aqui o Dr. Rômel e Dr. Marcelo, que comparecem aqui à nossa CPI.

Nós temos acompanhado o mercado siderúrgico, inclusive através do Instituto Aço Brasil, do qual o senhor faz parte. Infelizmente o que aconteceu com o mercado brasileiro e o mercado mundial nesses últimos 10 anos foi algo, assim, catastrófico. Houve uma diminuição do consumo, houve um achatamento efetivamente nos preços. Por consequência, na minha avaliação, Presidente, isso acabou afetando diretamente todas as empresas do setor, mas principalmente a USIMINAS, que para todos nós é uma empresa de referência, é uma empresa que tem nome, é uma empresa que investe em inovação tecnológica, como o próprio Sr. Rômel disse aqui, tem patentes registradas. Isso para nós é um orgulho muito grande. Desde a sua criação, para nós que somos mineiros, a USIMINAS sempre foi um nome, uma marca que de certa forma nos trouxe muito orgulho.

Aqui eu faço algumas considerações, Sr. Presidente. Primeiro, esta CPI foi criada para analisar os “empréstimos”, entre aspas, que tiveram de alguma forma algum tráfico de influência por parte do BNDES, através de pessoas ou de agentes políticos. Pelo que eu vi aqui no depoimento do Presidente da USIMINAS, todos os financiamentos que por ela foram contratados junto a esse banco estão devidamente em dia, sendo pagos, e correram até então dentro do trâmite normal.

Então, questiono aqui a razão da convocação da USIMINAS para a CPI, mas acho que isso é um fato que já foi consumado. Nós aprovamos aqui o requerimento, e eu noto que há uma conotação efetivamente em função dos desempregos que aconteceram lá em Cubatão.

Eu faço aqui um paradoxo: se o Brasil fosse uma empresa, Dr. Rômel, nós iríamos ter muitas dificuldades, porque querem impor ao senhor um modelo de gestão para que haja soluções, que nós todos gostaríamos que tivesse havido, para que essas demissões não tivessem ocorrido.

E ficamos observando aqui um retrato nosso. O índice de desemprego no Brasil está em 9,2%. Nós temos milhões de desempregados — o seu número dobrou nos últimos anos. O Banco Central ontem manteve a taxa de juros básica em 14,25%, salvo engano meu. Nós temos a perspectiva de crescimento negativo. E



pior do que a perspectiva de crescimento negativo é a expectativa dos anos vindouros. Não há nenhuma perspectiva de que esse cenário vá mudar.

Vemos as empresas que estão aqui hoje dentro do nosso País tentando sobreviver com as maiores dificuldades do mundo, concorrendo internamente, concorrendo com o mercado externo, principalmente com a China. O senhor depois vai me responder, só para que esta Comissão tenha conhecimento, qual é a produção anual da China hoje e a que ela corresponde em relação à produção de todas as empresas siderúrgicas do País, para que eles, de certa forma, possam enxergar o tamanho da dificuldade de se produzir hoje no Brasil.

E aí vou muito ao encontro daquilo que o nosso Vice-Presidente Miguel Haddad colocou aqui: o que o Governo Federal tem feito efetivamente para diminuir os problemas da siderurgia no nosso País? E particularmente gostaria de saber se há propostas concretas levadas ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Eu gostaria também de saber o que o Governo de Minas tem feito. Por quê? O nosso Governador Fernando Pimentel já foi Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Então, ele tem a responsabilidade de conduzir os interesses do Estado e ele tem conhecimento de causa com relação aos problemas que afligem o setor empresarial brasileiro, uma vez que ocupou o cargo no Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil.

Então, são algumas considerações que eu gostaria de fazer. Volto a alegar que a convocação da USIMINAS aqui foge do escopo e do objeto da nossa CPI. Mas, enfim, nós a aprovamos aqui. Eu quero agradecer muito a presença do Rômel e do Marcelo. Agradeço-lhes estarem conosco aqui hoje, aceitando o nosso convite para que viessem fazer seus esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. tem algum questionamento a fazer, Deputado Bilac Pinto? Ou são só essas considerações?

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Eu acho muito importante, Deputado Miguel Haddad, o Dr. Rômel mostrar-nos o que significa hoje a produção de aço do parque siderúrgico no País e o que significa essa produção hoje dentro da China. O nosso percentual, salvo engano meu... Estou com uma informação na cabeça



segundo a qual o que nós produzimos aqui corresponde a 15 dias de produção da China. Eu queria só que ele nos confirmasse isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao Sr. Rômel.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - O.k., prezado Deputado. Na realidade, a China produz hoje 883 milhões de toneladas. Se comparado com a produção brasileira, eles produzem o que o Brasil produz em 15 dias. Mas um outro dado pode nos chamar bastante atenção. Em 2003, a China tinha uma capacidade de produção de 220 milhões de toneladas. Agora, hoje, este ano... Produzia 223 de toneladas, agora está produzindo 832 de toneladas. O mundo saiu de 970 milhões de toneladas em 2003 para 1.665.000 de toneladas em 2014. Então, desses aproximadamente 700 milhões de toneladas, 610 milhões de toneladas são da China; 90% do crescimento da capacidade de produção de 2003 a 2014 são China.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Eu pergunto ao senhor: o que o Governo brasileiro tem feito para, de uma certa forma, ajudar a competitividade desse setor dentro do nosso País e no exterior?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - O que nós estamos discutindo, junto com o Governo Federal, seria a questão de barreiras de importação — é o que está sendo conversado e negociado — e também estamos vendo o que pode ser feito no sentido de ver se há algum incentivo à exportação. O mercado interno é muito pequeno, a nossa capacidade é muito maior do que o mercado interno. Ou seja, todos estão sendo forçados a buscar o mercado externo. Infelizmente o mercado externo desabou, e os preços que estão sendo praticados são aviltantes. Só citando como exemplo, nós usamos um índice que se chama “margem metálica”. Então, a margem metálica é uma diferença entre o preço de uma bobina laminada quente no mercado internacional; abate-se dele o que se consome de minério de ferro e carvão. Então, esse número, historicamente, sempre girou em torno de 250, 215 dólares por tonelada. Então, seria um *spread* que você teria para ter os seus ganhos. E esse *spread* hoje é de 120 dólares. Então, às vezes, o pessoal não entende: “Ah, mas o preço do minério está caindo”. Está caindo, mas só que o preço do aço cai mais. Então, infelizmente, essa é a realidade com que a gente está convivendo. O excesso de capacidade — temos aí 700 milhões de toneladas a mais



nos pressionando e derrubando os preços — está inviabilizando o setor como um todo.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Muito obrigado, Dr. Rômel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Bilac Pinto.

Passo a palavra agora ao próximo orador inscrito, Deputado Sérgio Vidigal, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Presidente; Sr. Relator, Deputado José Rocha; quero aqui cumprimentar também o Dr. Marcelo, o Dr. Rômel, Diretor-Presidente da USIMINAS. Sabemos que o cenário econômico do País é um cenário com muita dificuldade.

Mas eu queria aqui, Sr. Rômel, deixar algumas perguntas para o senhor. A primeira é que o setor siderúrgico recebeu do BNDES, de 2007 a 2010, cerca de 19,5 bilhões de reais para financiar os programas de infraestrutura. A USIMINAS obteve, em 2011, aproximadamente 2 bilhões e 400 milhões de reais do BNDES para serem utilizados até 2016, na modernização da planta de Cubatão.

Parece que não faltaram recursos para o setor siderúrgico do Brasil se modernizar. Eu queria, mais uma vez, reiterar uma questão, perguntando ao senhor o seguinte: o que de fato aconteceu ao setor que fez com que ele não conseguisse se tornar competitivo no mercado mundial?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Caro Deputado Sérgio, na realidade, em 2011 foi disponibilizado um crédito para a USIMINAS, um crédito rotativo de 2 bilhões de reais. Desses, foram utilizados 374 bilhões. O que acontece é que, na realidade, a perda de competitividade não foi por falta de investimento. A perda de competitividade está-se dando exatamente pelo seguinte modelo: todos os nossos negócios são pautados para atendimento ao mercado interno. Mercado interno, não tem, e, no mercado externo, que é a alternativa que a gente tem para continuar produzindo, os preços infelizmente, com a pressão da China, desapareceram. Então, não é uma questão tecnológica, é uma questão mercadológica, infelizmente.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Eu queria só registrar, Dr. Rômel, que, no Espírito Santo, Estado o qual represento, nós temos uma grande siderúrgica, que se chama hoje ArcelorMittal, a antiga CST.

Com a crise de 2008 para 2009, ela desativou alguns altos-fornos. Ela era uma das maiores exportadoras de placas de aço do mundo. Evidentemente, por uma questão de mercado e pelo grupo Mittal ter outras siderúrgicas pelo mundo afora, a empresa, ao invés de exportar, passou até a importar, porque conseguia o aço a um custo muito menor do que o que ela produzia na planta dela, na cidade da Serra.

Existe possibilidade de a USIMINAS também se utilizar deste instrumento durante esse período em que está desativando a sua produção de placas?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sr. Deputado, na realidade, quando nós estamos parando a produção do aço líquido para abastecer os nossos laminadores, nós vamos precisar de um suprimento externo de placas, certo? Então, nós vamos buscar no mercado placas, para que possamos abastecer as nossas laminações.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - No mercado externo?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - No mercado, tanto interno quanto externo. Nós vamos ver aquilo que é mais vantajoso.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Então, hoje uma das razões do fechamento é porque o custo de produção é alto?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Não, não. Na realidade, porque, quando nós estamos produzindo aço líquido, nós estamos tendo um excesso em relação àquilo que temos de negócio e nós estamos sendo obrigados a fazer negócios ruins. Então, a única forma de evitar os negócios ruins é tirar a pressão do metal líquido. É só essa, não é por questão de custo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Rômel, o BNDES, o senhor o conhece, é um banco social. Os recursos que ele financia ao setor advêm do FAT — Fundo de Amparo ao Trabalhador ou do próprio Tesouro. O Governo faz uma captação pagando um juro muito maior, para poder financiar a juros menores, evidentemente subsidiando o banco.

Eu gostaria de perguntar ao senhor, para ver qual a posição que o senhor tem. Nós entendemos que deveria haver, nesse financiamento, indicadores de



efetividade, principalmente na geração de empregos. E parece que não há essa relação. Na visão do senhor, essa situação de suspensão das operações nas chamadas áreas primárias da usina de Cubatão, como o senhor acabou de citar, e a consequente demissão de milhares de funcionários, isso não caracteriza a necessidade da efetividade de fato para empréstimo do BNDES para os setores?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Eu não sei se eu entendi bem. Vou tentar responder-lhe. Na realidade, o próprio BNDES, quanto às razões do financiamento dele, uma das preocupações é tornar o setor que estiver pegando financiamento mais competitivo. Em algumas vezes, competitividade significa redução de quadro. Então, colocar “efetividade de criação de emprego”, muitas das vezes, colocar isso no contrato provavelmente pode prejudicar quando nós estivermos falando e trabalhando em automatização, em robotização. Isso tudo estaria reduzido. Então, às vezes, eu considero meio difícil. Num contrato de financiamento, ali, na realidade, são análises que são feitas. Por exemplo, existem riscos, porque a gente calcula ou pré-dimensiona tamanho de mercado, preço de venda, retorno de investimento. Tudo isso são algumas incertezas, digamos assim, que são colocadas no papel. Na hora em que nós estamos assinando ou pedindo um financiamento, acertando um contrato de financiamento, a nossa certeza naquele momento é que o que estamos fazendo é viável: nós estamos aumentando a competitividade, porque nós vamos aumentar a geração de riqueza para o País; porque nós vamos pagar mais dividendos; porque nós vamos poder contribuir mais para a sociedade. Isso é a verdade na hora em que nós estamos assinando. Infelizmente, existem alguns fatos que fogem ao nosso controle. Eu vi, por exemplo, o que aconteceu com a USIMINAS. Só citando como exemplo aos senhores: nós tivemos, digamos assim, a milímetros de construirmos uma outra usina em Ipatinga e dobrar a capacidade de produção da usina de Cubatão. Como é que estaria hoje a nossa situação se nós tivéssemos feito esses investimentos? Nós estaríamos numa situação bem mais complicada, bem mais difícil.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Eu gostaria de continuar perguntando o senhor sobre isso. Eu sei que quem mais sofre neste momento, lógica e evidentemente, é o trabalhador, pelo fechamento de vagas de emprego, e também o Município, porque ele perde receita de curto, médio e longo prazos. Em relação ao



curto prazo, o Município perde receita de ISS; no médio e longo prazos, ele perde o índice de ICMS. Isso realmente tem um impacto muito grande.

O Deputado falou aqui anteriormente que existem duas controladoras do grupo siderúrgico da USIMINAS, que são as majoritárias: a Ternium e a Nippon Steel. E me parece que elas estão em briga desde 2013. Hoje há essa decisão de reduzir em 40% o número do efetivo das empresas, e o senhor chegou a dizer que vão fazer o que estiver ao alcance dos senhores para que esse impacto social possa ser minimizado. Foi a fala do senhor no jornal.

Eu queria fazer três perguntas ao senhor. Primeiro: quanto a USIMINAS ainda deve ao BNDES?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Seiscentos e setenta e cinco milhões. Dos 3,7 bilhões disponibilizados, a USIMINAS utilizou — vou arredondar o número aqui — 2 milhões. Desse total, nós devemos hoje 675.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Segundo: o que efetivamente a empresa fez, ou tem feito, para poder minimizar de fato o impacto sobre essa demissão de trabalhadores? E queria até aqui argumentar, porque o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Ipatinga — eu acho que é Hélio Madalena, não sei muito bem o nome dele — argumentou, disse que a USIMINAS tentou reduzir o salário dos trabalhadores, não conseguiu isso e está demitindo os trabalhadores para que depois possa readmiti-los com um salário menor.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Sr. Deputado, eu conheço essas afirmações do Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga. O que a gente precisa colocar é o seguinte: quando nós vislumbramos esta crise, que a coisa estava ruim e a questão de custo estava pegando, e pega muito, nós fizemos a seguinte proposição: *“Durante um período nós não vamos realizar as demissões, mas vamos reduzir, então, a nossa jornada de trabalho e reduzir o salário”*. Então, nós conseguimos fazer isso na sede. Nós reduzimos 1 dia por semana. Nós passamos a não trabalhar na sexta-feira e tivemos os nossos salários reduzidos em 13%. Infelizmente, os sindicatos das usinas, tanto de Ipatinga quanto de Cubatão, não aceitaram.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Essa, então, seria uma alternativa para não demitir?



O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Não, essa alternativa é uma alternativa transitória, porque o que nos permite a lei são 3 meses, renováveis por mais 3. Então, seriam no máximo 6 meses. Na realidade, o que nós temos de perda é muito maior do que é salário. Isso só minimiza, não resolve.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - É a última pergunta, Sr. Presidente.

Eu gostaria de saber se existe alguma dívida da USIMINAS com a Prefeitura da cidade de Cubatão e, se existe, qual o valor dessa dívida.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Olha, eu até fiz uma reunião com a Prefeita Marcia Rosa, que está aqui nos acompanhando, e ela me falou de uma dívida de 2 milhões, de um TAC. Nós estamos aguardando que a Prefeitura nos encaminhe a relação dos equipamentos que nós temos que comprar. Então, tem essa dívida, mas não está ainda vencido o prazo. Então, tem esse compromisso.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Mas a USIMINAS vai honrá-lo?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - É claro.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Sérgio Vidigal.

Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Muito obrigado, Sr. Presidente Marcos Rotta. Quero cumprimentar o Sr. Erwin de Souza e o Sr. Marcelo Gasparino. Estou aqui acompanhando atentamente as explanações. Eu sou de Caxias de Sul, Serra Gaúcha, onde nós temos as grandes indústrias do setor rodoviário, como Randon, Marcopolo, Guerra e outras do setor metalúrgico.

Estou acompanhando, desde o segundo semestre de 2014, os problemas que estão acontecendo nesse setor. Inclusive, a flexibilização da jornada de trabalho lá começou em junho de 2014, já prevendo uma crise. Em 2015, então! Nem se fala o que está acontecendo, porque é um dos setores que consome muita chapa de aço. Estou acompanhando também o Instituto Aço Brasil, cujo Presidente é o Sr. Marco Polo de Mello. Estão pleiteando que haja uma taxaço da importação do aço.

A princípio, é lógico que a impressão que dá é que, não entrando aço importado, automaticamente vai ser consumido o nosso aço. Porém, os representantes das nossas indústrias, a ABIMAC e outras associações de indústrias,



estão se reunindo, fazendo um trabalho, mostrando o outro lado da coisa, porque, no momento em que não importarmos aço, os chineses, da maneira que eles são, com a agressividade que eles têm, eles vão mandar para cá o produto pronto. E aí nós, aqui — eu, como Deputado Federal que está aqui há 8 meses —, com diversas reuniões com o Ministro Levy. Ele já esteve por 6 vezes nesta Casa. Ele escuta muito, só que ele não se emociona. Ele não se emociona. Nada sensibiliza ele. E a crise vem aumentando.

Aí eu pergunto, Sr. Erwin: a taxaço do aço importado realmente poderá ajudar ou, taxando o aço importado, no nosso aço nós teríamos condiço de ter um preço razoável, para fazer com que a nossa indústria tenha condiço de, comprando aço nosso, competir, já que a importaço está de uma forma tão deliberada, tão agressiva?

Essa é uma das perguntas que eu gostaria de fazer ao senhor.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Caro Deputado Mauro, o senhor está falando aí principalmente da parte dos reboques rodoviários. É um setor em que a queda, se comparada com o ano de 2014, caiu mais de 50%, não é isso? Quer dizer, sofre. Talvez seja o setor que mais está sofrendo uma reduço do mercado, em termos da parte de crescimento percentual. Mas só para que a gente tenha uma ideia hoje, no Brasil, em 2013, a participaço do aço importado no mercado brasileiro era 11%. Neste ano de 2015 são 17%. Então, percentualmente, o aço importado está crescendo em relaço ao mercado brasileiro. Se a gente coloca... Isso aqui estou falando só no que se refere aos aços planos, está certo? Se eu colocar aços como um todo, a coisa talvez tenha uma dimensáo maior. Então, só para ter uma ideia, de aços planos, entraram no ano passado 2 milhões de toneladas. Nós estamos falando de uma unidade igual temos em Cubatão, diretamente importado. E tem mais 2 ou 4 milhões a mais que vêm de forma indireta, importados através de produtos com conteúdo de aço. Então, nós estamos falando de 5 milhões de toneladas de aço que poderiam estar sendo produzidas aqui, gerando riquezas aqui e, infelizmente, estão sendo importadas. Então, esse é o quadro da siderurgia. E quando nós estamos falando de 5 milhões de toneladas, é o que a USIMINAS está produzindo hoje. A USIMINAS tem uma capacidade de



geração de produto acabado de 9 milhões. Nós vamos produzir cinco. Então, essa é a dimensão do que nós estamos vivendo.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - E taxando esse aço agora, pode melhorar?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Melhora. Com certeza, melhora.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - E essas nossas indústrias que estão reclamando que depois vai ficar muito caro o nosso aço?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Olha, sempre tem a outra parte: *“ah, porque vai piorar, porque vai ficar mais caro”*. Eu tenho históricos do que foi feito em épocas passadas, de quando, por exemplo, se tiraram todas as alíquotas. Não aumentou a importação. Depois, teve uma outra fase, em que se colocou alíquotas, e o preço do aço não subiu. Então, não quero entrar nessa celeuma, mas um fala, outro fala. Está certo?

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - E no caso do Governo Federal, de forma efetiva, em se tratando do... O que poderia ser feito, assim, para dar uma luz, especialmente para poder amenizar essa demissão ou não acontecer ou diminuir?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Olha, na proporção em que nós estamos, é muito difícil, porque, na realidade, quando nós estamos falando de postos de trabalho, nós temos que associá-lo a um volume de produção. E ao associar esse volume de produção, nós temos que falar num volume de venda. E como nós estamos falando que o mercado interno diminui a cada dia, fala-se, então, que, a cada vez mais, nós temos que exportar. Com o que está acontecendo no mercado externo, a cada dia, isso piora. Então, o mercado, o Governo não consegue reparar tudo isso. Ele pode amenizar, ele pode dar uma sobrevida, mas resolver é muito difícil.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - O BNDES, se ele encaminhar as linhas de créditos agora para o setor de transporte, que está totalmente parado, ajudaria?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Ajuda. Tudo aquilo que for fomento de consumo do aço ajuda.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Outra pergunta, que é um assunto que surgiu nesta Casa, inclusive levantado pelo nosso Deputado Giovani Cherini.



Ele está fazendo uma defesa muito forte do minério nióbio, que disse que é um produto nosso que é exportado; que 100 gramas de nióbio enriquecem 1 tonelada de ferro; e que é nosso e que está sendo exportado de uma forma como se nada... sem valor agregado, sem valor algum. Não está sendo valorizado da forma que deveria. E se houvesse... No Brasil, se nós pudéssemos realmente dar o valor que o nióbio tem, automaticamente, o Brasil teria mais receita e poderia...

Para o senhor, que é da área, tem fundamento essa depreciação do nióbio, que é nosso e que é exportado de uma forma... e valorizando o aço internacional, especialmente na China, que é o importador?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Na realidade, o nióbio é um metal muito nobre e de altíssimo valor. E ele é utilizado na fabricação de aço para aços especiais. Então, ele confere ao aço algumas características, está certo? Então, o valor dele é na adição do aço. Eu, sinceramente, não sei se ele é exportado na forma de ferro-liga ou na forma de minério. A USIMINAS adquire o nióbio através de ferro-liga. Para mim, a exportação deveria ser, ou seria, toda ela feita com o ferro-liga.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Pois é. Dizem que aí é onde o Brasil está perdendo muito recurso. Em cima disto: porque exporta para lá, eles enriquecem o produto deles e mandam para cá, fazendo uma concorrência desleal conosco.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - É, desleal.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - E pelo visto, o próprio Ministério de Minas e Energia e o... E as coisas estão correndo. É como se fosse um grande contrabando de um produto nosso, a que não estão dando o valor que é devido.

Talvez aí esteja uma das medidas que poderia ser tomada também para valorizar o que é nosso.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - É, o Brasil, hoje...

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Talvez o Instituto do Aço, que está dentro das propostas que estão procurando, a essa questão do nióbio teria que ser alertado também, porque está sendo exportado muito. É como exportar ouro como se fosse ferro. Isso é o que está sendo colocado. Eu fiquei sabendo. Foi uma



denúncia feita aqui pelo colega Giovani Cherini. E ele está muito preocupado e está bastante seguro no que está dizendo.

Então, talvez o nosso Instituto do Aço deveria, também, já que tem um setor que merece todo o nosso respeito...

Eu inclusive quero dizer que esta audiência pública, Presidente, é uma audiência que nos deixa tristes, porque no Brasil, do tamanho que é, com a população que nós temos, o povo bom que nós temos, nós ficamos aí falando de coisas que são realmente muito tristes.

Eu quero dizer que fico muito chateado, mas nós temos que, como brasileiros, lutar por aquilo que é nosso. Esse nióbio, se ele realmente é isso e está sendo exportado como ferro comum, e depois, lá, a China usa isso, para depois vir aqui fazer concorrência desleal conosco, então, é realmente preocupante. Eu acho que o Instituto deveria levar esse assunto também à frente, para poder ajudar o nosso País.

Era isso, da minha parte.

Eu agradeço muito. E desejo que tudo o que foi falado aqui até agora não se torne realidade. Tomara!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Mauro, pela sua intervenção e pelas suas sugestões, sempre muito precisas. V.Exa. é sempre muito coerente nos pronunciamentos e nos seus posicionamentos.

Antes de passar a palavra ao Relator, vou passar a palavra — V.Exa. o permite? — ao Deputado Marcelo Squassoni, autor, para suas considerações finais. Depois nós vamos ouvir o Relator.

Deputado Marcelo Squassoni.

O SR. DEPUTADO MARCELO SQUASSONI - Obrigado, Presidente.

Sr. Erwin e Sr. Marcelo, nós vamos acabar esta audiência e, realmente, todo mundo ficou um pouco chateado. Longe de todos nós, ninguém chamou os senhores até aqui para ofendê-los ou colocá-los em situação embaraçosa — o senhor percebeu isso. O maior objetivo de todos nós aqui é cooperar com a sociedade e, de fato, proteger o emprego, proteger toda a economia da nossa região.



Nós vamos sair daqui um pouco inconformados com algumas respostas, lógico. Estamos ainda esperando. Eu pedi para o senhor mandar depois mais detalhes sobre os investimentos, para conhecermos de fato o que foi feito. Mas, mais do que isso, eu acho que ainda cabe uma reflexão a todos nós e a vocês, principalmente à USIMINAS, no sentido de buscar, junto ao Governo Federal, uma solução para que isso ainda não ocorra.

Não é possível que num país com tantas oportunidades, num país tão grande como o nosso, nós não consigamos salvar empregos, ainda mais na indústria de base. Eu acho que o que eu falei aqui no começo sobre as alíquotas, sobre essa possibilidade imediata... Por outro lado, enquanto a indústria de base quer que as alíquotas de importação sejam aumentadas, vai haver gente importando a preço baratíssimo da China que vai brigar contra no Governo. Mas nós temos que usar de bom-senso. Para manter os nossos empregos aqui, nós temos que tomar uma atitude, e acho que é mexendo com as alíquotas, usando os bancos federais para fomentar os seus melhores clientes, como aconteceu no caso da CSN, trazendo alguma parceria para a empresa. Que se busque essa solução imediata!

Não é possível nós imaginarmos — e o senhor disse que isso não vai acontecer — que todo aquele complexo vai se transformar num pátio de contêineres no futuro — tomara que isso não aconteça mesmo! —, que aquela gente toda vai ficar a ver navios e que veremos Cubatão uma cidade perdida daqui a um tempo. Tudo isso parece que é pouco provável, mas é muito provável de acontecer se a USIMINAS realmente continuar nesse ritmo de demissões que o senhor disse agora.

Então, faço o apelo para que possamos continuar conversando. Nós aqui poderemos ser usados como instrumentos pela USIMINAS para o bem da nossa região. Eu acho que cabe a vocês o próximo passo e nós estamos à disposição para isso. Nós queremos acompanhar a USIMINAS no Ministério do Trabalho, no Ministério da Indústria e Comércio, em todos os órgãos do Governo. A Prefeita da cidade, que está aqui de novo, também está disposta a isso. Eu acho que todo mundo junto pode buscar uma solução. Não dá para tomarmos atitudes individuais. Acho que não cabe nenhum tipo de agressão à empresa. O que cabe a todos nós aqui é ter a serenidade e buscar uma solução conjunta.



Eu quero mais uma vez me colocar à disposição dos senhores. Por favor, levem a nossa proposta a sério. Podemos caminhar juntos para buscar realmente transformar esse problema numa solução de longo prazo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Marcelo Squassoni.

Passo a palavra ao Relator, Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, eu queria me dirigir ao Dr. Marcelo. Ele disse que, com a queda do minério, as dificuldades da indústria aumentaram. Queria que ele pudesse me esclarecer. Se o custo do minério de ferro cai, logicamente, a indústria deveria ir melhor. Um custo menor do insumo que vai ser utilizado é sinal de que o produto da indústria terá um diferencial maior. Eu não entendi bem e queria que ele pudesse explicar isso.

O SR. MARCELO GASPARINO DA SILVA - Sr. José Rocha, obrigado pela pergunta. Eu acho que o Sr. Rômel foi muito feliz na colocação de que, em que pese ao minério cair numa proporção "x", o preço do aço cai numa proporção ainda maior. Então, as mineradoras estão sendo inviabilizadas pelo preço do minério, principalmente as pequenas mineradoras. Isso é uma informação que todos nós podemos verificar com facilidade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Correto. Mas e a indústria?

O SR. MARCELO GASPARINO DA SILVA - Mas, como o preço da matéria-prima cai e aumenta a possibilidade de o concorrente importado colocar o seu produto a preços mais baratos, a gente acaba não conseguindo capturar esse ganho, e temos que também baixar o preço final do produto siderúrgico. Consequentemente, não existe ganho de margem. A gente reduz a margem em percentuais até superiores à redução do custo da matéria-prima.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Deixe-me dar uma pequena contribuição. Na realidade, é o seguinte: como o Marcelo colocou, o que a gente tem que entender é que o minério consumido pela siderurgia brasileira é pago em dólar. Então, embora o preço do minério caia, o real se desvaloriza. Então, no final das contas, o que nós estamos pagando pelo minério, em reais, no caso do consumo interno, aumenta. Então, dá uma coisa assim meio estranha. No final das contas,



embora o preço do minério esteja caindo em dólares, em reais, ele está subindo. Ou seja, para nós, internamente, está ficando mais caro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - É uma conta difícil de conseguirmos entender. Mas olhem bem: a China importa minério do Brasil — há o custo do transporte desse minério daqui para lá — e depois consegue exportar o produto para cá mais barato. Se nós temos esse minério sem o custo desse transporte longo que a China faz, como é que essa conta pode ser diferente?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Bom, primeiro, à afirmação que o senhor fez, a gente tem que fazer uma consideração. Infelizmente, a China não é uma economia de mercado. Na realidade, o objetivo lá é outro. Lá todo mundo é estatal, lá não há o compromisso de ter uma rentabilidade para remunerar o investimento. O empréstimo todo é feito por banco estatal. Então, a coisa é fácil de fechar. Na realidade, esse é o grande problema. Só para o senhor ter uma ideia, o nosso aço está sofrendo uma ação *antidumping* no mercado americano, e o aço produzido no Brasil vai ter uma sobretaxa de 60%. O da China é 270. Então, isso mostra a diferença de como as coisas estão sendo trabalhadas em relação a preço. Então, para infelicidade nossa, o que a China está fazendo é entregar aço abaixo do custo de produção, e a gente não consegue competir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - A caminho do fim, concedo a palavra ao Ministro Carlos Melles.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou usar derradeiramente — ou mineiramente — a palavra, primeiro, para agradecer a presença dos dois.

Eu agora quero ter a liberdade de cumprimentar o Dr. Maurício Campos, que está aqui, nosso ex-Secretário de Segurança Pública, um dos mais renomados advogados de Minas e do Brasil. Muito obrigado pela presença.

Sr. Presidente, Sr. Relator José Rocha e companheiros da USIMINAS, o Deputado Carlos Zarattini falou: *“Melles, você que entende de siderurgia, pilota a gente nesse processo”*. Eu não entendo, não. Eu tenho procurado pela responsabilidade. Eu era amigo pessoal do Rinaldo Campos.

Eu quero só pedir duas considerações, Rômel e Marcelo. Dois grandes cases do Brasil, com mais de 30 anos: o primeiro foi o da siderurgia, pela amizade do



Rinaldo com um grupo japonês, que virou cônsul no Japão pela confiança — no Japão é confiança acima de tudo, credibilidade. Depois fizemos um programa, e aí, sim, eu conheço e vivi, que é o programa Desenvolvimento do Cerrado Brasileiro, do PADAP e do POLOCENTRO. São os melhores programas, os mais vitoriosos do Brasil em termos de ciência, de tecnologia e de desenvolvimento. A USIMINAS se encaixa nisso.

Mas o setor siderúrgico está um caos no geral, Rômel. Eu até proporia que a gente provocasse uma audiência pública com o Instituto Brasileiro de Siderurgia, da maneira que foi feito o seminário. Hoje está havendo um almoço de final de ano. É um cemitério. Uma tristeza!

Há que se fazer alguma coisa diferenciada para esse setor. É um patrimônio brasileiro formidável, com uma competência de produção, produtividade e capacidade tecnológica também muito boa.

Portanto, eu acho que aqui o caso transcende a essa questão político-partidária, e nós sabemos que a sobretaxa, que parece que está perto de sair, não é a solução. A solução é o Brasil voltar a crescer.

Eu me lembro dos números deles: que a gente tem que por o *per capita*, me parece — aí você podia falar um pouco... Uma nação desenvolvida consome 400 quilogramas de aço *per capita*/ano. No Brasil está a 10%, 30%. Há que se colocar isso, porque, o Brasil retomando, é um setor de ponta abastecido. Agora, o maior problema que nós temos, vamos ter agora nesse acordo do Pacífico também — é um baita acordo mundial! O Vietnã vai ser altamente privilegiado por conta do café, que não é um café competitivo, e outros países. E nós depreciando o que nós temos aqui.

Agora, o maior problema brasileiro, conjunturalmente — por isso a gente está em cima dessa terceirização, da flexibilização das leis trabalhistas...

Nós precisamos mudar a nossa política. Não mudar o ambiental, mas continuar a fazer a conservação, que é a melhor do mundo, e também ter elementos dessa natureza na parte de impostos.

Eu vou contar um caso aqui, rapidinho, Presidente, se V.Exa. me permitir.

Colegas Deputados, Deputado José Rocha, Relator, a Marcopolo, há 15 anos, vendia ônibus para a China e para o mundo inteiro. Aí falaram: “Olha, se você



quiser competir, você vai produzir na China. Com 15 mil dólares por veículo, aqui, você não compete. Lá, você vai fazer com 5 ou 6 mil dólares". Falou: "Não faz". Ele foi para a China e produziu micro-ônibus lá a 5, 6 mil dólares. E ele conta o milagre. É isto: zero de imposto! Além de todo o subsídio, não se remunera o trabalho, não se remunera a parte ambiental.

Então, nós vivemos num mundo, eu não sei se certo ou errado.

Em 2005, eu presidia a Comissão de Relações Exteriores, e o Presidente Lula declarou a China como economia de mercado. Ele podia fazer isso, mas não é uma economia de mercado — longe de ser uma economia de mercado! E os nossos competidores, que compraram siderúrgicas no mundo, foram bem. O problema é competir com a China da forma como que ela está atuando, vamos dizer assim, no tal do livre mercado, que não é livre de forma nenhuma.

Obrigado, Sr. Presidente, mais uma vez, e Relator José Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu é que agradeço. V.Exa. é sempre muito oportuno, e é um grande privilégio poder ouvir a experiência de V.Exa.

Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente, só para um esclarecimento aqui da USIMINAS.

Eu sou oriundo de uma região da Bahia que é vizinha ao norte de Minas. Na nossa região, havia uma crítica muito grande: de que as siderúrgicas de Minas promoviam o desmatamento do sudoeste da Bahia na produção do carvão para ser utilizado nas siderúrgicas. Depois houve um intenso trabalho ambiental do IBAMA, dos órgãos ambientais, e isso diminuiu.

Eu queria perguntar ao Presidente da USIMINAS: houve mudança na tecnologia, nos fornos das siderúrgicas, em relação à utilização da energia, ou ainda continuam usando carvão vegetal?

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Caro Deputado, na realidade, na siderurgia, nós usamos o carvão como redutor nos nossos fornos. Então, nós temos duas vertentes. Uma vertente usa o carvão vegetal. É o caso, por exemplo, de fornos de produção de menor capacidade — é o caso, por exemplo, da Gerdau e da Aperam. O que a gente tem? Foi criado um protocolo no Instituto Aço Brasil, onde todas as empresas do setor siderúrgico se comprometeram a não mais utilizar



carvão desses desmatamentos. Então, todo o carvão usado hoje na siderurgia é todo ele carvão, digamos assim, carimbado, de origem conhecida. No caso específico da siderurgia maior, onde a gente usa altos-fornos de maior porte — no caso da USIMINAS, da ArcelorMittal, da CSN —, nós usamos o carvão mineral. Então, a questão do carvão vegetal, com esse protocolo que foi assinado, não tem mais esse tipo de origem. A não ser que sejam os pequenos produtores de gusa, mas nos grandes não temos mais esse problema.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - A Bahia agradece, viu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Relator.

Para as suas considerações finais, passo a palavra ao Sr. Marcelo Gasparino.

O SR. MARCELO GASPARINO DA SILVA - Sr. Presidente Marcos Rotta, Sr. Relator José Rocha, caros senhores, muito obrigado. O Conselho de Administração da companhia permanecerá à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que os senhores entenderem necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

Passo a palavra também ao Presidente Rômel Erwin de Souza.

O SR. RÔMEL ERWIN DE SOUZA - Primeiro, eu gostaria de agradecer a oportunidade que nos foi dada e pedir desculpas se porventura não soube responder às perguntas que me foram colocadas. Mas se ainda porventura tiverem alguma dúvida, tiverem necessidade de alguma outra informação, por favor, nos encaminhem, que prontamente nós iremos atendê-los. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sas. e dispense V.Sas. do compromisso firmado com esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero, mais uma vez, agradecer e cumprimentar a presença das Sras. e dos Srs. Parlamentares.

Muitas vezes, Ministro Carlos Melles, quando as pessoas chegam à Comissão Parlamentar de Inquérito, chegam um tanto temerosas. Mas hoje, eu conversei também com os nossos convocados e disse a eles — mais uma vez, reforço — da comprovação minha, enquanto Presidente, do alto nível que nós temos aqui, graças a Deus, pela formação inclusive pessoal de cada integrante desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Disse a eles do alto nível que seria, e agora



ratifico que, mais uma vez, nós tivemos aqui embates, mas também, mais uma vez, em alto nível.

Quero cumprimentar e agradecer a presença da Prefeita Márcia Rosa, de Cubatão, que está aqui.

Espero, Prefeita, na condição de Presidente desta Comissão, que esta oitava possa ter contribuído para aclarar alguns pontos. E, mais uma vez, nós nos colocamos à disposição também de Cubatão, das suas autoridades, dos seus representantes, dos trabalhadores da USIMINAS em Cubatão, assim como dos demais Estados brasileiros, porque penso que também essa seja uma obrigação e uma finalidade da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Agradeço a presença dos assessores que aqui estão, a presença das Sras. e dos Srs. Parlamentares.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, antes convocando nova reunião para a próxima terça-feira, dia 1º de dezembro, às 14h30min, em plenário a ser definido, para a oitava do Sr. José Carlos Bumlai.

Está encerrada a presente reunião.